

Relatório de Disciplina de Mercado

31 de Dezembro de 2024



1. Sumário Executivo

Introdução e Contexto Regulamentar

O Access Bank Mozambique, S.A. ("Access Bank") elaborou este Relatório de Disciplina de Mercado em total conformidade com os requisitos de divulgação delineados no âmbito do Pilar III do Acordo de Basileia II e do Aviso n.º 16/GBM/2017 do Banco Central de Moçambique, que exige uma maior transparência para reforçar a confiança do mercado e assegurar a estabilidade do sector bancário. O relatório apresenta uma visão detalhada do quadro de gestão de risco, adequação de capital e desempenho financeiro do Banco à data de 31 de Dezembro de 2024, com o objectivo de oferecer às partes interessadas – incluindo reguladores, investidores e público – uma compreensão clara da resiliência da instituição num contexto económico desafiador.

Principais destaques do desempenho financeiro e de risco

Adequação de Capital - O Rácio de Adequação de Capital (ou Rácio De Solvabilidade - CAR) do Banco registou uma queda significativa, situando-se em 12,61% em 2024, face aos 21,07% do ano anterior, principalmente devido ao desreconhecimento de activos por impostos diferidos, ao aumento das provisões para obrigações do Estado e bilhetes do Tesouro na sequência de rebaixamentos de rating, e a perdas operacionais incorridas durante o ano. Apesar desta contracção, o Banco mantém-se acima do requisito regulamentar mínimo de 12%, embora a redução acentuada sublinhe a necessidade de estratégias proactivas de gestão de capital no futuro.

Risco de Crédito - As posições em risco de crédito brutas cresceram 17% em termos homólogos, atingindo 23.439 milhões de MZN, com 96% das exposições concentradas em rubricas do balanço, tais como empréstimos a clientes e investimentos em instrumentos financeiros. Notavelmente, 2,3% da carteira de empréstimos (aproximadamente \$1,59 milhões) foi directamente impactada pela agitação política em Moçambique, levando o Banco a implementar moratórias de pagamento e extensões de facilidades para os mutuários afectados para mitigar potenciais incumprimentos. As perdas por imparidade aumentaram para 523 milhões de MZN, reflectindo o aumento do risco de crédito em determinados sectores, em particular o crédito a retalho e comercial.

Risco de liquidez - O Banco manteve uma posição de liquidez estável, apoiada por uma análise robusta de lacunas comportamentais, que confirmou cobertura suficiente para obrigações de curto prazo. A estratégia de liquidez enfatiza a diversificação das fontes de financiamento e o acompanhamento rigoroso dos perfis de vencimento dos depósitos, a fim de evitar uma dependência indevida de financiamento volátil de curto prazo.

Risco de mercado - A posição cambial líquida (FX) do Banco permaneceu dentro dos limites regulamentares, embora a exposição ao Rand sul-africano (ZAR) tenha aumentado devido a posições curtas, exigindo medidas de cobertura mais rígidas.

Risco operacional - O Banco continuou a aplicar o Método do Indicador Básico (BIA) ao abrigo do Acordo de Basileia II para a afetação de capital de risco operacional, com os activos ponderados pelo risco a subirem 70% para 303 milhões de MZN, impulsionados por maiores receitas líquidas de juros e comissões nos últimos três anos. A estrutura de risco operacional do Banco incorpora Autoavaliações de Controlo de Risco (RCSA) e monitoramento em tempo real via software para mitigar perdas por fraudes internas, falhas do sistema e ineficiências de processos.

Quadro de Governança e Gestão de Riscos

O Access Bank Mozambique opera sob uma estrutura de governação de três níveis, garantindo uma supervisão rigorosa das exposições ao risco, alinhando-se com as melhores práticas internacionais:

Supervisão ao nível do conselho de administração - O Conselho de Administração (CA) e comités especializados – incluindo o Comité de Gestão de Risco do Conselho de Administração (BRMC), o Comité de Crédito do Conselho de Administração (BCC) e o Comité Digital e de TI do Conselho de Administração – definem o apetite pelo risco, aprovam políticas e garantem a integridade dos sistemas de gestão de riscos.

Comités de Gestão - como o Comité de Gestão de Risco Empresarial (ERM) e o Comité de Gestão de Risco Operacional (ORMC) implementam controles de risco, realizam testes de stresse e garantem a conformidade com os limites internos e regulamentares.

Unidades de Gestão de Risco - Equipas dedicadas ao risco de crédito, mercado, liquidez e operacional executam o monitoramento diário, empregando análises avançadas para avaliar as concentrações de portfólio e indicadores de alerta de riscos.

O Banco mantém um apetite pelo risco Moderado, priorizando a preservação do capital e o crescimento sustentável, evitando a exposição excessiva a sectores de alto risco. As principais estratégias de mitigação de riscos incluem:

- Garantia de empréstimos (imóveis, depósitos em dinheiro e garantias) para reduzir o risco de crédito.
- Diversificação de activos e maturidades para gerir a liquidez do Banco.
- Cobertura dinâmica de posições cambiais para minimizar a volatilidade nos lucros.
- Protocolos de cibersegurança melhorados para combater as ameaças bancárias digitais.

Desafios macroeconómicos e políticos

A economia moçambicana enfrentou ventos contrários severos em 2024, com o crescimento do PIB a contrair-se para -4,9% no 4.º trimestre, na sequência da agitação social pós-eleitoral, que interrompeu as cadeias de abastecimento, suprimiu os gastos dos consumidores e aumentou as pressões inflacionistas (inflação de 4,15%, contra 2,75% em 2023). O Banco Central respondeu com flexibilização monetária, reduzindo a taxa diretora para 12,25% e reduzindo as reservas obrigatórias para depósitos em moeda local e estrangeira para injetar liquidez no sistema financeiro.

Para o Access Bank, a crise manifestou-se em:

- Aumento da procura de empréstimos a retalho, sobrecarregando os limites de concentração sectorial.
- Declínio nos empréstimos corporativos a sectores de alto risco, como comunicações e comércio em geral.
- Pressões sobre a qualidade dos activos, exigindo provisões mais elevadas para créditos não produtivos (non-performing loans – NPL).

Estrutura de Capital e Solvência

A composição do capital regulamentar do Banco deteriorou-se em 2024:

- Os fundos próprios (Tier 1) caíram 45% para MZN 1.178 milhões, impulsionado por perdas operacionais, ajustes de impostos diferidos e provisões.
- Os fundos próprios de Tier 2 mantiveram-se estáveis, ancorados por reservas para o risco de crédito geral.
- O fundo próprio Total ficou em MZN 1.145 milhões, bem abaixo dos MZN 2.161 milhões reportados em 2023.

Embora o Banco continue a cumprir os requisitos mínimos de fundos próprios, a erosão da sua reserva de capital realça a urgência de medidas de preservação de capital, incluindo potenciais injeções de capital por parte dos accionistas e uma afetação otimizada de activos ponderados pelo risco.

Prioridades estratégicas a curto e médio prazo

Para restaurar a resiliência financeira e impulsionar o crescimento, o Access Bank Mozambique delimitou as seguintes iniciativas estratégicas:

- Diversificação da Carteira: Reduzir a concentração geográfica (85% das exposições na zona sul) através da expansão para regiões pouco servidas.

- Transformação digital: Reforçar as parcerias *fintech* e os quadros de cibersegurança para melhorar os serviços bancários digitais.
- Melhoria da qualidade dos activos: Reforçar os padrões de subscrição e acelerar as recuperações de NPL através de estratégias de treino direccionadas.
- Envolvimento dos *stakeholders*: Fortalecer e manter uma comunicação transparente com reguladores e investidores para reforçar a confiança do mercado.

Conclusão

Apesar de um ambiente operacional turbulento, a adesão do Access Bank Mozambique aos princípios de Basileia II/III, a uma governação robusta e a uma gestão proactiva do risco permitiram navegar por choques económicos, mantendo a conformidade regulamentar. O foco do Banco para 2025 centrar-se-á no reforço de capital, na optimização da liquidez e na expansão estratégica, garantindo a estabilidade a longo prazo no cenário financeiro em evolução de Moçambique.

2. Nota introdutória

Com o objectivo de reforçar o processo de divulgação de informação, tendo em conta os critérios definidos pelo Terceiro Pilar do Acordo de Basileia II e pelo Aviso n.º 16/GBM/2017 do Banco Central de Moçambique, de 22 de Setembro, foi elaborado o presente Relatório de Disciplina de Mercado para o Access Bank Mozambique, SA (doravante designado simplesmente por **Access Bank** ou o **Banco**).

O objectivo deste regulamento é reforçar a solidez e estabilidade do sistema bancário, evitar o chamado efeito de contágio, através de recomendações que visem o reforço do capital, de forma a minimizar os riscos de insolvência das instituições bancárias, e fazer face a futuros choques na economia.

O Acordo de Basileia determina que a disciplina do mercado, apoiada por um regime adequado de divulgação pública, pode ser um complemento eficaz dos esforços de supervisão para incentivar os Bancos a avaliar os riscos, a manter fundos próprios adequados e a desenvolver e manter sistemas e práticas de gestão de riscos sólidos. A divulgação de informações no âmbito deste pilar constituem um instrumento importante para reforçar os requisitos mínimos de fundos próprios ao abrigo do primeiro pilar e o processo reforçado de revisão prudencial no segundo pilar. Este acordo assenta em três pilares distintos, como se pode ver a seguir:

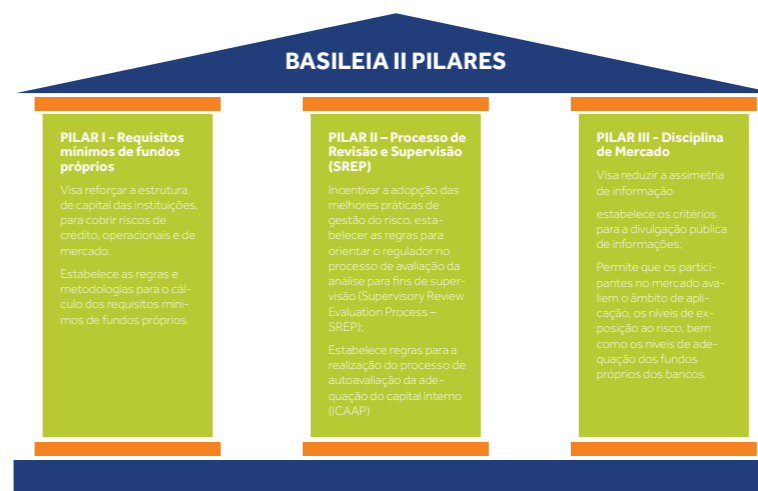


Gráfico 1 - Pilares de Basileia II

É neste contexto regulatório, com especial atenção ao Pilar II, que o Access Bank faz as divulgações necessárias ao mercado neste Relatório de Disciplina de Mercado, que tem uma perspectiva predominantemente prudencial e visa apresentar informação sobre o perfil de risco, situação financeira e solvência do Access Bank, cumprindo os requisitos de divulgação pública relacionados com processos, procedimentos e sistemas de gestão de risco e capital, de forma a complementar as Contas Financeiras e as Contas do Relatório de Dezembro de 2024.

Este documento está estruturado de forma a cumprir os requisitos definidos pelo Aviso n.º 16/GBM/2017 (Disciplina de Mercado) e pela Circular n.º 02/SCO/2013 (Adequação do Capital Interno), cumprindo com a divulgação de informação qualitativa e quantitativa.

Os valores monetários apresentados, salvo indicação clara, encontram-se em milhares de Meticals e reflectem as posições das linhas contabilísticas do Banco em 31 de Dezembro de 2024.

3. Declaração de Responsabilidade

A Administração do Access Bank, em estrita conformidade com o quadro regulamentar estabelecido no Acordo de Basileia II e em conformidade com o Aviso n.º 16/GBM/2017 emitido pelo Banco Central de Moçambique, divulga publicamente este Relatório de Disciplina de Mercado como parte do seu compromisso inabalável com a transparência, responsabilização e boa governação corporativa para com todas as Partes Interessadas, incluindo accionistas, investidores, reguladores e o público em geral.

O Conselho de Administração do Banco, no exercício de seus deveres fiduciários e responsabilidades de governança, certifica formalmente que todos os procedimentos necessários e apropriados foram diligentemente implementados para garantir a precisão, integridade e confiabilidade das informações contidas neste relatório. Tanto quanto é do seu conhecimento, após análise exaustiva e devida diligência, o Conselho de Administração afirma que a informação divulgada representa de forma justa e precisa a situação financeira, as exposições ao risco e o desempenho operacional do Banco à data de relato.

Não obstante, o Conselho de Administração garante explicitamente a integridade e a qualidade de todos os dados, declarações e divulgações apresentados neste documento. O Banco está empenhado em manter os mais elevados padrões de actualidade e transparência e, como tal, compromete-se solenemente a comunicar prontamente quaisquer desenvolvimentos relevantes, alterações significativas ou eventos subsequentes que possam surgir durante o exercício seguinte ao período abrangido pelo presente relatório.

O Conselho de Administração do Banco também declara formalmente que, até a data desta publicação, nenhum evento ou circunstância relevante ocorreu entre o final do exercício financeiro relatado e a emissão deste documento que alteraria materialmente as divulgações financeiras ou operacionais aqui contidas.

No entanto, deve ser expressamente observado que, embora o Banco tenha exercido todo o cuidado razoável na preparação e verificação deste relatório, nem o Conselho de Administração nem a Administração do Banco podem assumir responsabilidade ilimitada por quaisquer erros inadvertidos, omissões ou flutuações subsequentes do mercado que possam afectar a interpretação dessas informações. As partes interessadas são aconselhadas a exercer o seu próprio juízo prudente e a procurar aconselhamento profissional independente, sempre que necessário, antes de tomarem quaisquer decisões financeiras ou de investimento com base nesta divulgação.

Esta declaração de exoneração de responsabilidade é emitida de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e requisitos regulatórios, reforçando a dedicação do Banco à conduta ética, à prestação de contas e à confiança sustentada das partes interessadas.

Por despacho do Conselho de Administração,

Maputo, 31 de Maio de 2025

Conselho de Administração do Access Bank Moçambique, SA

4. Divulgações Qualitativas

4.1 Apresentação da Empresa

A informação apresentada neste relatório refere-se ao Access Bank Mozambique, S.A., instituição de crédito de direito moçambicano, com sede na Rua dos Desportistas n.º 480, Maputo Business Tower, 18.º andar, Cidade de Maputo, registada na Conservatória do Registo Comercial sob o n.º 101068919.

O Access Bank Mozambique, S.A. é um Banco privado, constituído em Moçambique em 30 de Outubro de 2018. É uma subsidiária do Access Bank PLC, um Banco comercial líder de serviços Bancários que opera uma rede de mais de 700 agências e pontos de atendimento, com presença em mais de 24 mercados espalhados por 3 continentes. O Access Bank PLC é uma instituição financeira diversificada que combina uma forte base de clientes de mais de 60 milhões de clientes, consolidados em toda a vasta franquia de clientes de retalho e plataforma digital com profunda experiência em banca corporativa e recursos comprovados de gestão de risco e gestão de capital. A empresa-mãe do Access Bank, Access Bank PLC, está listada na Bolsa de Valores da Nigéria desde 1998 e tem mais de 900.000 accionistas.

Em Fevereiro de 2020, a licença bancária foi concedida pelo Banco Central de Moçambique (BdM) e as actividades tiveram início em Setembro do mesmo ano. Durante o primeiro ano comercial, o Banco operou dentro de actividades mínimas, à medida que se preparava para penetrar no mercado. Pouco após o início das actividades comerciais, o Access Bank anunciou que tinha alcançado um acordo com a Atlas Mara para adquirir 100% da sua participação no BancABC Moçambique (8.º maior Banco em Moçambique na altura). O Contrato de Compra de Acções (SPA) foi assinado a 29 de Setembro de 2020 e, após o cumprimento das condições precedentes, a aquisição foi concluída e anunciada em 17 de Maio de 2021. A fusão entre os dois Bancos ocorreu legalmente a 21 de Dezembro de 2021, no entanto, foi antecipada por uma fusão técnica a 6 de Dezembro de 2021. Os accionistas continuaram a apoiar o Banco e o capital injectado para reforçar a capacidade dos Bancos de poderem subscrever bilhetes de negócio maiores.

4.2 Âmbito de aplicação

A Gestão de Risco é uma actividade de grande importância para o Access Bank, onde o princípio de Governança Corporativa é privilegiado, com o envolvimento de todas as áreas na gestão de riscos materialmente relevantes, de forma a apoiar os Órgãos de Administração no desenvolvimento, crescimento e rentabilidade da actividade do Banco. Para o efeito, os princípios orientadores, a estrutura organizacional e os sistemas de avaliação e monitorização são definidos no PGR – Programa de Gestão de Risco, que inclui quatro (4) processos-chave, nomeadamente:

- Identificação: Identificação de riscos existentes ou potenciais, tanto de iniciativas comerciais existentes ou novas.
- Medição: Medição de riscos para determinar o seu impacto nos resultados ou no capital. Garantir a medição atempada e precisa dos riscos.
- Controlo: Definir limites de exposição ao risco através de políticas, normas e procedimentos.
- Monitorização: Sistema de Gestão de Informação (MIS), eficaz na monitorização dos níveis de risco e na facilitação da revisão atempada das posições de risco.

Guiado pelo princípio da prudência, o apetite pelo risco do Access Bank é meticulosamente definido em estrito alinhamento com os requisitos regulamentares, assegurando uma supervisão robusta através de quadros de governação interna e de supervisão externa. As políticas e procedimentos de gestão de risco do Banco destinam-se a abordar de forma abrangente todos os riscos inerentes às suas operações, conforme prescrito no Aviso n.º 4/GBM/2013 – Diretrizes de Gestão de Riscos. Estas medidas são implementadas com um duplo foco: salvaguardar estrategicamente a estabilidade do Banco a longo prazo e monitorizar ativamente a exposição ao risco nas operações diárias, mantendo assim os mais elevados padrões de integridade financeira e conformidade regulamentar.

4.3 Posição de Negócio e Perfil de Risco do Access Bank

Posição Empresarial

Em 2022, a posição do Banco no mercado moçambicano foi reforçada com a conclusão da combinação de negócios com a African Banking Corporation Mozambique (BancABC).

Em 2023, o Banco continuou a reforçar a sua posição de capital, uma vez que recebeu uma injeção de capital adicional dos acionistas, para além do crescimento do balanço do Banco, uma vez que resultou num aumento dos activos e depósitos. A injeção de capital visou facilitar o crescimento do balanço e a expansão do negócio para se adequar à estratégia de 5 anos dos Bancos.

Embora os investimentos realizados e o aperfeiçoamento do modelo operacional tenham levado a um eventual lucro negativo nos dois anos anteriores, o Banco estabeleceu a base para o crescimento em linha com a estratégia de 5 anos. Assim, o Banco projectou uma posição forte com tendência ascendente estável para os períodos subsequentes.

Em linha com a sua perspetiva estratégica de 5 anos, o Banco desenhou uma segmentação reforçada das suas Unidades de Negócio Estratégicas. Prevê a adopção de um modelo de cadeia de valor nas suas Divisões de Banca Comercial e Banca de Retalho, que é assim concebido para servir toda a cadeia de valor, tendo uma especialização tanto na vertente de Insumos como de Oferta da cadeia de valor, otimizando ativamente os potenciais inerentes e melhorando a posição de liquidez do Banco sob um apetite moderado pelo risco. Tal como consta do documento de estratégia do Banco, o Access Bank centra-se em Moçambique como seu principal mercado, mas estende a sua estratégia às economias africanas de elevado impacto.

Declaração de apetência pelo risco

O apetite pelo risco é uma articulação e alocação da capacidade de risco ou do montante de risco que o Access Bank Mozambique, SA está disposto a aceitar na prossecução da sua estratégia. Está devidamente definido e acompanhado pela Comissão Executiva e pelo Conselho de Administração, e integrado na nossa estratégia, negócio, gestão de risco e planos de capital. A apetência pelo risco reflecte a capacidade do Banco para resistir a perdas potenciais decorrentes de uma série de potenciais resultados em diferentes cenários de esforço.

A apetência do Banco pelo risco é **Moderada**, o que significa que o Banco está disposto a aceitar um nível mais baixo de perdas ou potencial exposição em relação a outros Bancos do sector. O Banco define qualitativa e quantitativamente a sua apetência pelo risco através de métricas de risco. Essas métricas incluem ganhos em risco, adequação de capital, limites de risco, gatilhos, índices e metas para todos os riscos financeiros.

4.4 Impacto da situação política de 2024 no Banco

4.4.1 Impacto macroeconómico

A situação pós-eleitoral impactou significativamente a estabilidade económica de Moçambique, levando a um declínio do crescimento do PIB (3,7% para -4,9% no 4.º trimestre de 2024), inflação mais elevada (2,75% para 4,15%) e a interrupções na cadeia de abastecimento que restringiram a disponibilidade de bens e serviços. Embora a taxa de câmbio tenha permanecido estável, espera-se uma depreciação gradual para 66,50 MZN/USD até ao final de 2025. Em resposta, o Banco Central implementou medidas de flexibilização monetária, reduzindo a Taxa de Política Monetária (12,75% para 12,25%) e o Índice de Reserva de Caixa (ML: 39% para 29%, ME: 39,5% para 29,5%) para injetar liquidez e apoiar a recuperação económica. O governo também mobilizou instituições financeiras para colocar um fundo com o objetivo de revitalizar as empresas afectadas pela violência pós-eleitoral. Estas intervenções visam restaurar a capacidade produtiva, estabilizar a inflação e aumentar a resiliência financeira no período pós- crise.

4.4.2 Impacto para o Banco

Durante o período em que decorreram as manifestações verificou-se um aumento da procura de crédito ao consumo, levando a ligeiros constrangimentos nos limites de concentração do Sector Público ao Retalho, uma vez que este é o principal que actualmente contribui para a carteira de crédito. Enquanto alguns sectores reduziram significativamente, como as comunicações e o comércio em geral. Para o Retalho Digital, o Banco reduziu o marketing para evitar o aumento do risco.

4.4.3 Impacto na carteira de empréstimos

Aproximadamente 2,30% (US\$ 1,59 milhão) de nossa carteira de empréstimos foi afectada pela instabilidade política no país. Para apoiar os clientes com os seus fluxos de caixa espremidos e reduzir a possibilidade de incumprimento, o Banco concedeu extensões de facilidades e/ou moratórias de pagamento para permitir que os clientes recuperem o seu momentum e criassem capacidade para cumprir os seus empréstimos.

5. Governança Corporativa e Estrutura de Gestão de Riscos

5.1 Estrutura de Governação do Risco

O modelo de governo do Banco foi concebido para otimizar a eficiência operacional, estabelecendo uma separação clara e eficaz de funções entre os seus vários órgãos de gestão. Esta abordagem não só promove a transparência, como também assegura uma supervisão e responsabilização rigorosas.

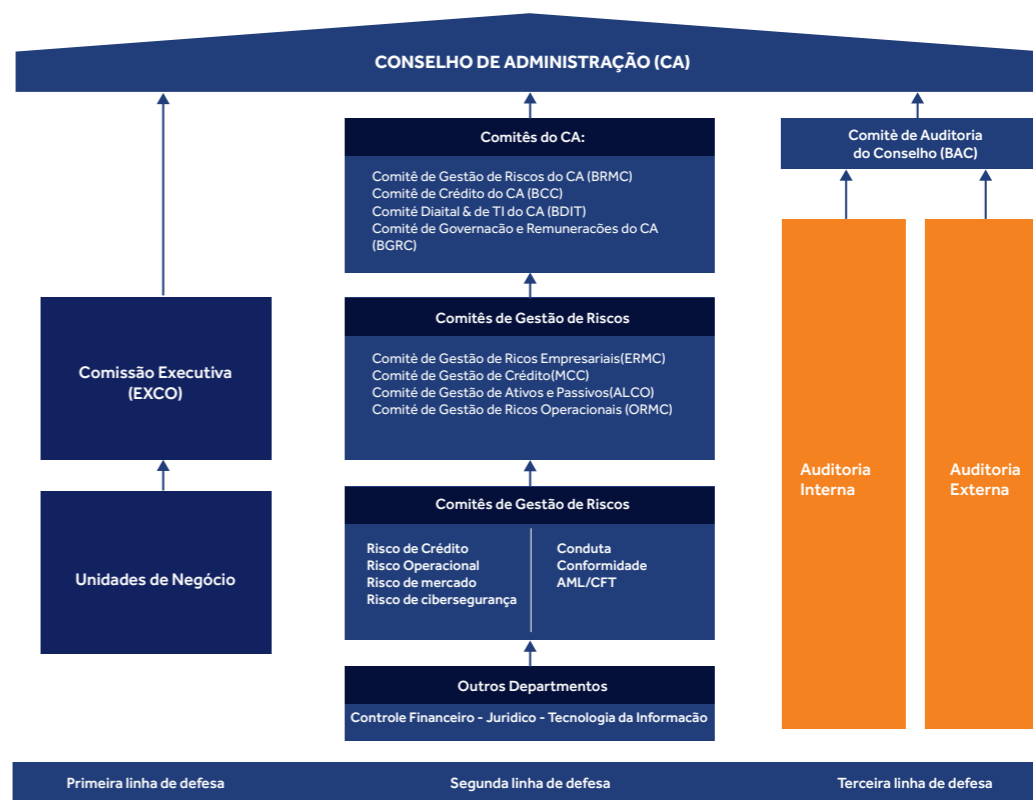


Figura 2. Access Bank Mozambique órgãos de governação e estruturas de gestão de risco.

Sendo uma actividade permanente e inerente à vida da instituição, a gestão do risco é uma actividade desenvolvida a todos os níveis do Banco, sendo de primordial importância o tom e a liderança conferidos pelos membros do Conselho de Administração e da Administração. As Funções e Responsabilidades são definidas em três níveis, como mostrado abaixo:

◆ Nível 1 – Definição de Políticas e Estratégia

- O Conselho de Administração (CA), o Comité de Gestão de Risco do Conselho de Administração (BRMC), o Comité de Crédito do Conselho de Administração (BCC), o Comité de Auditoria do Conselho de Administração (BAC), o Comité de Governação e Remunerações (BGNR) e o Comité Digital & IT do Conselho de Administração (BDIT) são responsáveis pela aprovação das Políticas e pela sua implementação em todo o Banco.

◆ Nível 2 - Monitoria e Controlo de Riscos

- O Comité de Gestão de Riscos Empresariais (ERM), o Comité de Gestão de Riscos Operacionais (ORM), o Comité de Gestão de Crédito (MCC), o Comité Ambiental, Social e de Governança (ESGC) e o Comité de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO) são responsáveis por auxiliar o Conselho de Administração (CA), o BCC e o BRMC no acompanhamento da implementação das Políticas de Risco.

◆ Nível 3 - Coordenação e Operação de Riscos

- As Unidades de Gestão do Risco, para os riscos específicos, são responsáveis pelos aspectos operacionais da implementação das Políticas de Risco. O Director da Divisão de Gestão do Risco tem o papel de supervisionar as funções das Unidades/Grupos de gestão especializada do risco.

5.2. Funções e Responsabilidades

5.2.1 Nível 1 - Políticas e Estratégia

5.2.1.1 Conselho de Administração (CA)

O Conselho de Administração (CA), que representa os interesses dos stakeholders, tem a responsabilidade final pela Gestão de Riscos. Ao Conselho de Administração compete, em primeiro lugar:

- Aprovação de Políticas de Risco para impor um conjunto de normas de gestão do risco em todo o Banco e que incluem a identificação, medição, definição de exposição e limites de risco, monitorização, controlo e reporte de riscos.
- Estabelecer o apetite para a tomada de riscos a nível do Banco e a vários níveis em consonância com as estratégias de negócio.
- Determinação de estratégias de gestão do risco para permitir a maximização da rentabilidade ajustada ao risco.
- Assegurar a eficácia, independência e integridade do sistema de gestão do risco através de controlo interno e de auditoria.
- Rever periodicamente (pelo menos uma vez por ano) a Estratégia de Risco e as Políticas de Risco significativas do Banco.

5.2.1.2 Comités de Gestão do Conselho de Administração

As funções de supervisão dos riscos e de gestão do Conselho de Administração são delegadas nos seguintes comités:

- Comité de Gestão do Risco do Conselho de Administração (BRMC).
- Comité de Crédito do Conselho de Administração (BCC).
- Comité de Governança e Remuneração do Conselho de Administração (BGR).
- Comité de Auditoria do Conselho de Administração (BAC).
- Comité Digital e de TI do Conselho de Administração (BDIT).

Sem prejuízo das funções destes Comités, o Conselho de Administração mantém a responsabilidade final pela gestão dos riscos.

i. Comité de Gestão de Riscos do Conselho de Administração (BRMC)

O Comité de Gestão de Riscos do Conselho de Administração é responsável por todos os Riscos Materiais, exceto o Risco de Crédito, que é gerido pelo Comité de Crédito do Conselho de Administração. O comité foi criado pelo CA como um comité permanente para assistir ao CA na Gestão de Riscos.

O objetivo do comité de nível superior é assistir o CA em virtude dos poderes que lhe foram delegados pelo CA. O comité tem plena responsabilidade de assistir o CA na formulação de estratégias de Gestão de Risco, na avaliação dos riscos globais que o Banco enfrenta, no alinhamento das Políticas de Risco com as estratégias de negócio, na determinação do nível de risco que será do melhor interesse do Banco e no planeamento do capital. Seguem-se as funções e responsabilidades do BRMC:

O principal papel do BRMC é coordenar eficazmente os esforços dos Comités de Risco para fornecer uma visão global dos riscos enfrentados pelo Banco ao CA em intervalos regulares e para implementar eficazmente a estratégia do CA para a gestão de riscos.

- Com base nos relatórios recebidos, o BRMC tomará decisões e fornecerá orientação/mandato aos comités de risco e funções relevantes do Banco na Gestão de Riscos.
- O BRMC monitoriza regularmente a adequação do capital detido pelo Banco com base na Política de Capital do Banco.

- Emite recomendações adequadas ao CA, bem como examina quaisquer outras questões que lhe sejam submetidas pelo CA.
- O BRMC analisa questões levantadas pela Auditoria Interna que têm impacto na gestão de riscos e faz recomendações apropriadas ao CA.
- O Comité, em virtude dos poderes que lhe foram delegados pelo CA, aprova quaisquer alterações nas Políticas de Risco. A necessidade de alterações à Política deve ser devida a razões legítimas, a saber, alterações regulamentares e mudanças inesperadas no cenário empresarial. As alterações à Política aprovadas pelo BRMC devem ser ratificadas pelo CA, dentro de um prazo aceitável estabelecido pelo CA.
- Aprovação de excepções às Políticas de Risco após averiguação exaustiva das circunstâncias que conduzem às referidas excepções, natureza, dimensão e autenticidade das excepções. Os casos repetidos de excepções semelhantes devem ser tratados através de alterações nas Políticas, em vez de serem aprovados como excepções.
- O BRMC revê os papéis dos comités de risco, pelo menos anualmente, com base na revisão das Políticas e fornece recomendações adequadas ao CA.

ii. Comité de Crédito do Conselho de Administração (BCC)

O Comité de Crédito do Conselho de Administração é responsável pelo Risco de Crédito e é constituído como um comité permanente para assistir o CA na Gestão do Risco de Crédito.

- O papel principal do BCC é gerir eficazmente o Risco de Crédito com que o Banco se depara, reportar ao CA em intervalos regulares e implementar eficazmente a estratégia do CA para a Gestão do Risco de Crédito.
- Aprovar Políticas de Gestão do risco de Crédito, orientações de avaliação e propostas padrão sobre a recomendação do Comité de Gestão de Crédito (MCC).
- Com base nos relatórios recebidos, o BCC tomará decisões e dará orientações / mandato ao BRMC e funções relevantes do Banco na gestão do risco de crédito.
- Aprovar a metodologia de Classificação de Crédito do Banco e assegurar a sua correcta implementação.
- O BCC controla regularmente a adequação do capital para a cobertura do risco de crédito mantido pelo Banco, com base na Política de Capital do Banco.
- Emite recomendações adequadas ao CA, bem como examina quaisquer outros assuntos que lhe sejam submetidos pelo CA.
- Rever as questões levantadas pela Auditoria Interna que têm impacto na Gestão do Risco de Crédito do Banco e fazer recomendações adequadas ao CA.
- O Comité, em virtude dos poderes que lhe foram delegados pelo CA, aprova quaisquer alterações nas Políticas de Risco. A necessidade de alterações à Política deve ser devida a razões legítimas, a saber, alterações regulamentares e alterações inesperadas no cenário empresarial. As alterações à Política aprovada pelo CA devem ser ratificadas pelo CA dentro de um prazo aceitável estabelecido pelo CA.
- Aprovação de excepções à Política de Risco de Crédito, após averiguação exaustiva das circunstâncias que conduzem a excepções, natureza, dimensão e veracidade das excepções. Os casos repetidos de excepções semelhantes devem conduzir a alterações nas Políticas ou ser tratados através de alterações, em vez de serem aprovados como excepções.
- O BCC revê os papéis dos comités de risco, pelo menos anualmente, com base na revisão das Políticas e fornecer recomendações adequadas ao CA.

5.2.2 Funções e Responsabilidades no Nível 2 - Monitorização e Controlo de Riscos

5.2.2.1 Comités de Gestão de Riscos

As funções dos Comités de Risco, como o Comité de Gestão de Risco Empresarial (ERMC), Comité de Gestão de Crédito (MCC), Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), Comité de Gestão de Risco Operacional (ORMC) e Comité de Governança Ambiental e Social (ESGC) foram abordadas em detalhes nas respetivas Políticas de Gestão de Riscos. O seu cumprimento é obrigatório em todos os momentos.

i. Comité de Gestão do Risco Empresarial (ERMC)

O Comité é responsável pela gestão de todos os riscos, excepto os riscos de crédito, de mercado e de liquidez. Os riscos sob a alçada do Comité são os riscos estratégicos, de reputação, de conformidade e operacionais. O Comité tem as seguintes responsabilidades:

- Formular políticas para os riscos no âmbito das suas competências.
- Acompanhamento da implementação de políticas de risco.
- Revisão de relatórios de risco para submissão ao Conselho de Administração/Comités de Risco;
- Implementação das decisões do Conselho de Administração em todo o Banco.

ii. Comité de Gestão de Crédito (MCC)

O Comité tem as seguintes responsabilidades:

- Analisa as recomendações de política de crédito da Divisão de Gestão de Risco e Conformidade e endossa ao Conselho de Administração para aprovação.
- Analisa todos os pedidos de crédito individuais.
- Analisa e aprova o plano/estratégia de carteira do Banco.
- Revê relatórios mensais de risco de crédito e plano de ações corretivas;
- Coordena a resposta do Banco a eventos relevantes que possam impactar a carteira de crédito.

iii. Comité de Activos e Passivos (ALCO)

O objetivo da ALCO é:

- Monitorizar e controlar todos os riscos de mercado, de liquidez e de taxa de juro em todo o Banco, de acordo com a apetência pelo risco aprovada pelo Conselho de Administração.
- Rever limites, orientações ou desencadear medidas corretivas, a fim de alinhar as exposições com o apetite acordado.
- Aprovar políticas de risco de mercado, risco de liquidez e risco de taxa de juro para a carteira bancária.
- Analisar e registar o impacto de fatores internos e externos na margem financeira e tomar as medidas adequadas;
- Recomendar ao Conselho de Administração, políticas e diretrizes sob as quais o Banco gerenciará os assuntos listados abaixo e, ao fazê-lo, protegerá a base de capital e a reputação do Banco:
 - Crescimento do balanço.
 - Depósitos, adiantamentos e investimentos.
 - Ativos não monetários.
 - Actividades e posições em moeda estrangeira.
 - Gestão de mercado e liquidez;
 - Gestão de capital.

5.2.3 Funções e Responsabilidades no Nível 3 - Coordenação e Operação de Riscos

5.2.3.1 Unidades de Gestão de Risco (RMU)

As Unidades de Gestão de Risco (RMUs), nomeadamente: Gestão de Risco de Crédito, Gestão de Risco de Mercado e Análise de Risco, Gestão de Risco Operacional, Risco de Governança Ambiente e Social, Risco Estratégico e Segurança da Informação são lideradas pelo Director de Risco. Estas Unidades são o centro nevrálgico da recolha de dados, análise dos factores de risco, interpretação dos resultados e sua ampla divulgação junto dos comités de gestão de risco relevantes.

Os relatórios elaborados pelos constituintes das RMUs revelam informações valiosas ao nível das posições em risco individuais e, sempre que relevante, ao nível da carteira. As RMUs são responsáveis pelo arquivamento de dados brutos e derivados, relatórios e outras análises para a construção de modelos de risco, validação e documentação.

i. Departamento de Risco (DR)

As relações entre o departamento de Risco e outras unidades são destacadas abaixo:

- Fornecer liderança, visão e direcção gerais à divisão de gestão de riscos globais em todo o Banco para o gerenciamento de riscos, como risco reputacional, risco legal e de conformidade, risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. Dada a necessidade de integração dos riscos, o Director de Gestão de Riscos desempenha um papel significativo na coordenação dos esforços dos comités de risco conducentes à agregação dos riscos.
- Estabelecer um quadro integrado de gestão de riscos para todos os aspetos dos riscos em todo o Banco. Para tal, o DR deve centrar-se nos vários aspectos da Gestão do Risco, obtendo uma visão adequada de todas as funções em que os riscos possam ameaçar o Banco.
- Estender os princípios de risco para uma estratégia de negócios mais ampla.
- Assegurar a continuidade do negócio, definida como a sustentabilidade das operações em caso de grandes perdas e ter as Políticas de Gestão de Crises/incidentes devidamente implementadas.
- Identificar e monitorizar os riscos emergentes que possam vir a ser relevantes para o Banco no futuro, devido a alterações no ambiente de risco. O DR também deve conceber políticas e procedimentos adequados para gerir esses riscos.
- Assegurar o desenvolvimento de estruturas e processos para a gestão do Risco Digital e de Segurança da Informação.
- Alocação de capital em actividades de negócios baseadas em risco e optimização da carteira de risco do Banco por meio de actividades comerciais e estratégias de transferência de risco.
- Compreender a estratégia de negócio do Banco e utilizar as medidas necessárias para influenciar tanto o Conselho de Administração como os gestores e colaboradores responsáveis pela tomada de decisões no dia-a-dia.
- Permitir ao Banco tomar decisões baseadas numa melhor apreciação da relação entre risco e retorno.
- Desenvolver políticas de gestão de risco, incluindo a quantificação da apetência pelo risco do Banco através de exposição específica e limites de risco.
- Implementar Políticas de Risco e sistemas apropriados para identificar a correlação entre os riscos dentro do escopo de negócios do Banco para permitir a integração de riscos.
- Responsabilidade pela realização de testes de esforço integrados.
- Assegurar a validação dos modelos em todos os fluxos de risco.
- Assegurar o desenvolvimento de sistemas analíticos e capacidades de gestão de dados para apoiar o programa de gestão de risco.
- Acompanhamento dos limites globais dos riscos de crédito, de mercado e operacionais a nível bancário.
- Recolher dados sobre situações de risco e integrá-los a partir de uma infinidade de sistemas para construir uma visão clara e precisa dos riscos em todo o Banco.
- Assegurar o desenvolvimento e implementação de sistemas de informação adequados para medição e reporte de riscos que identifiquem perdas, principais riscos a gerir, incidentes, etc.
- Informar o Conselho de Administração sobre questões de risco significativas no Banco e as estratégias de transferência de risco tomadas para alcançar a mitigação de tais riscos.
- Educar as partes interessadas do Banco sobre a sua estratégia de gestão de risco.
- Melhorar a prontidão do Banco para a gestão de riscos através de programas de comunicação e formação dos funcionários sobre políticas e estruturas de gerenciamento de riscos, medição de desempenho baseada em risco e incentivos, além de outros programas de gerenciamento de mudanças.
- Desenvolver estratégias alternativas de transferência de risco, tais como cobertura de seguros para empréstimos e perdas operacionais, derivados de crédito, titularização de empréstimos, etc.

5.2.4 Avaliação e supervisão independentes

i. Departamento de Auditoria Interna (IAD)

O Departamento de Auditoria Interna (IAD) é uma divisão de avaliação independente criada dentro do Banco para examinar e avaliar seus sistemas de controlo interno, melhorar a eficácia dos processos de gestão de riscos, controlo e governança, incluindo o controlo de relatórios financeiros. O papel central da auditoria interna no que diz respeito ao PGR é fornecer garantias objetivas ao CA sobre a eficácia das atividades do PGR do Banco, a fim de ajudar a garantir que os principais riscos empresariais estão a ser geridos de forma adequada e que o sistema de controlo interno está a funcionar eficazmente.

As Funções e Responsabilidades do Departamento de Auditoria Interna são as seguintes:

- Exame e avaliação da adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno.
- Revisão da implementação e eficácia das Políticas, Procedimentos e Metodologias de Avaliação de Riscos.
- Avaliar os processos de gestão de riscos.
- Avaliar a comunicação dos principais riscos.
- Revisão da gestão dos principais riscos.
- Revisão da gestão financeira e dos sistemas de informação, incluindo o sistema de informação electrónica e a banca electrónica.
- Revisão da exatidão e fiabilidade dos registos contabilísticos e relatórios financeiros.
- Revisão dos instrumentos de salvaguarda de activos.
- Revisão do Sistema de Avaliação de Capital do Banco em relação à sua estimativa de risco.
- Avaliação da economia e eficiência das operações.
- Testes das operações e do funcionamento de procedimentos específicos de controlo interno.
- Revisão dos sistemas estabelecidos para garantir o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares, códigos de conduta e a implementação de Políticas e Procedimentos.
- Testar a fiabilidade e actualidade dos relatórios regulamentares; e a realização de investigações especiais.
- O IAD avaliará:
 - o Conformidade do Banco com Políticas e Controlos de Risco (quantificáveis e não quantificáveis).
 - o A fiabilidade (incluindo exaustividade, exatidão e exaustividade) e actualidade das informações financeiras e de gestão.
 - o A continuidade e fiabilidade dos sistemas electrónicos de informação.
 - o O funcionamento dos departamentos de funcionários.

É da responsabilidade do IAD comunicar os resultados da sua análise ao Comité de Auditoria do Conselho de Administração (BAC) do Banco para adopção de medidas correctivas. O IAD também deve acompanhar as acções correctivas tomadas para as constatações já apresentadas.

5.3 Perfil de Risco do Access Bank

O risco é inerente ao negócio bancário, pelo que o Access Bank está naturalmente exposto a vários riscos decorrentes de factores externos e internos, nomeadamente em função das características dos produtos/serviços e mercados em que opera. O Perfil de Risco do Banco assenta em 9 categorias de risco consideradas materialmente relevantes para o sector, cuja gestão é essencial para o desenvolvimento, rentabilidade e sustentabilidade do negócio, assegurando o cumprimento dos requisitos e definições legais, nomeadamente a correcta determinação dos fundos próprios e a gestão da liquidez adequada às exposições aos diversos riscos decorrentes da actividade financeira.

5.3.1 Gestão do Risco de Crédito

A Unidade de Gestão do Risco de Crédito é responsável por assegurar que a exposição global ao risco de crédito do Banco se mantém em níveis prudentes compatíveis com o capital disponível, através da análise trimestral dos vários tipos de crédito. A unidade ajuda a implementar Políticas, Sistemas e Controlos Internos eficazes para identificar, medir, monitorizar e controlar as concentrações de risco de crédito. As actividades são regidas pela Política de Crédito.

5.3.2 Gestão de Risco de Mercado e Análise de Risco

A Unidade de Gestão de Risco de Mercado e Análise de Risco é responsável por assegurar que a exposição global do Banco ao Risco de Mercado se mantém em níveis compatíveis com o Capital disponível. O MRM ajuda a definir o nível de tolerância do Banco ao Risco de Liquidez, ao Risco Cambial e ao Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária e garante que esses riscos sejam identificados, medidos, monitorados e controlados. As actividades são regidas pela Política de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez, entre outras políticas.

A Unidade é também responsável pelo desenvolvimento e implementação de uma arquitetura integrada de processamento de dados para assegurar um elevado nível de qualidade na análise e reporte do risco global do Banco. A unidade é responsável por melhorar todas as funções centrais de análise de risco e reporte que anteriormente residiam nas respectivas áreas de gestão de risco e é também um impulsionador fundamental para garantir que o Banco implemente plenamente Basileia II, em alinhamento com as directrizes de gestão de risco do Banco Central de Moçambique (BdM). A Unidade é responsável pelo processo de autoavaliação da adequação do capital interno (Internal Capital Adequacy Assessment Process – ICAAP), pelos testes de esforço, pela medição do risco de liquidez e por outras actividades de medição do risco.

5.3.3 Gestão do Risco Operacional

Risco Operacional é o risco de perdas resultantes de processos, pessoas ou sistemas internos inadequados ou deficientes, ou de eventos externos. Aceda à definição de Risco Operacional do Access Bank Mozambique, SA. Exclui riscos regulatórios, riscos estratégicos e perdas potenciais relacionadas exclusivamente com julgamentos associadas a riscos de crédito, mercado, taxa de juros, liquidez ou seguros. O Risco Operacional é inerente às actividades comerciais do Access Bank e, tal como acontece com outros tipos de risco, é gerido através de uma estrutura global concebida para equilibrar uma forte supervisão corporativa com uma gestão de risco independente e bem definida.

5.3.4 Gestão de Riscos Ambientais e Sociais

O Access Bank Mozambique, S.A. possui uma Unidade de Gestão de Riscos Ambientais e Sociais que reporta ao Director de Gestão de Riscos. O Banco implementou um conjunto de ferramentas para avaliar a sustentabilidade social e ambiental das operações de crédito, o que permite rastrear, avaliar e relatar de acordo com as Políticas do Banco, os Princípios do Equador e os Padrões de Desempenho da IFC. Este processo permite-nos garantir que todos os projectos financiados são responsáveis, reduzindo assim o nosso impacto ambiental e contribuindo para os esforços de desenvolvimento de uma economia verde. As actividades são regidas pela Política de Gestão de Riscos Ambientais e Sociais.

5.3.5 Gestão de Riscos de Conduta e Conformidade

O Banco organiza a sua função de Conduta e Compliance e prioriza a gestão de seu Risco de Conduta e Compliance de forma consistente com a sua própria estratégia e estruturas de gestão de riscos. Os membros do Conselho de Administração e todos os níveis de funcionários recebem formação, pelo menos uma vez em cada exercício, sobre combate à lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa (AML/CFT/FP), bem como Política de Identificação de Clientes, Antissuborno e Anticorrupção (KYC), conforme estabelecido na Política do Banco.

O Director de Conduta e Compliance, em coordenação com o Comité de Gestão de Riscos e o Conselho de Administração, reporta à gerência do Banco sobre o risco de Conduta e Compliance através do Comité de Gestão de Riscos do Conselho (BRMC). O Access Bank Mozambique, SA tem um programa AML/CFT/FP aprovado pelo Conselho de Administração.

5.3.6 Gestão Estratégica de Riscos

Esta função supervisiona o processo de gestão estratégica de riscos. Assegura ainda que o Banco dispõe de uma Plataforma de Gestão Estratégica de Risco adequada e adaptada às suas próprias circunstâncias e necessidades. A Gestão Estratégica de Riscos consiste em identificar e gerir riscos reais ou potenciais para os resultados e capital resultantes de decisões empresariais adversas, implementação inadequada de decisões ou falta de capacidade de resposta a mudanças no ambiente empresarial. Esta função é regida pela Política Estratégica de Gestão de Riscos.

5.3.7 Gestão de Risco de Reputação

A função visa proteger o Banco de potenciais ameaças à sua reputação. A equipa utiliza continuamente meios proactivos para minimizar os efeitos dos danos reputacionais, evitando assim a probabilidade de grandes crises reputacionais, com vista a, em última análise, garantir a sobrevivência da organização. Esta função é regida pela Política de Gestão de Riscos de Reputação.

5.3.8 Gestão de Riscos de Segurança da Informação

A Segurança da Informação tem a ver com a preservação da confidencialidade, integridade e disponibilidade dos seus dados. Em resposta ao aumento da ameaça à Segurança Cibernética para as empresas em todo o mundo, o Access Bank desenvolveu uma Plataforma de Segurança Cibernética e adota uma forte abordagem de defesa para se alinhar com as melhores práticas de Segurança Cibernética, processos de segurança da informação e infraestruturas que incluem Governança de Segurança Cibernética, Operações e Infraestruturas. O compromisso do Banco com a Segurança da Informação é evidenciado na Política Global de Segurança da Informação.

5.3.9 Gestão de Risco Bancário Digital

Os contínuos avanços e inovações tecnológicas e a necessidade incessante de melhorar os serviços fizeram do Digital Banking uma opção estratégica adoptada pelo Banco, utilizando uma abordagem mitigadora adequada para lidar com os riscos inerentes ao negócio. Em resposta às necessidades de digitalização, desenvolvemos um Quadro de Gestão de Risco Bancário Digital que permite ao Banco adoptar um apetite global pelo risco “moderado”, ao mesmo tempo que adopta processos digitais e inovações para satisfazer as necessidades dos nossos clientes.

5.4 Controlo de Riscos

Sendo uma instituição financeira, o Access Bank está sujeito a um conjunto de riscos, directa e indirectamente, ligados à sua actividade, cuja gestão pode permitir ou impossibilitar a consecução dos objectivos definidos pela organização.

Como tal, a gestão destes riscos faz parte do processo normal de gestão do Banco e desempenha um papel fundamental no desenvolvimento equilibrado e sustentado do Access Bank. Para além de contribuir para a optimização do binómio rentabilidade/risco da organização, assegura ainda que o perfil de risco do Banco está alinhado com a visão e posições estratégicas definidas pelos accionistas.

A política e o princípio do Access Bank são uma gestão de risco rigorosa e dotados de todos os meios necessários para assegurar a viabilidade e sustentabilidade do modelo de negócio e da estratégia do Banco, que se rege por princípios, procedimentos e metodologias de controlo e reporte ajustadas à dimensão e complexidade da organização.

Controlo Interno para a Gestão do Risco

O Controlo Interno é um processo que abrange o Conselho de Administração, a Direcção e todos os níveis dos colaboradores do Banco. Não é apenas um procedimento ou uma Política que é executada a qualquer momento, mas está continuamente operando em todos os níveis dentro do Banco. O Conselho de Administração e a Gerência são responsáveis por estabelecer a cultura adequada para facilitar um processo de controlo interno eficaz e por monitorizar a sua eficácia numa base contínua, no entanto, todos os indivíduos dentro da organização devem participar no processo.

Necessidade de Controlo Interno

Um Sistema de Controlo Interno eficaz é uma componente essencial da gestão bancária e uma base para o funcionamento seguro e sólido do Banco. Um sistema de controlos internos sólidos pode ajudar a garantir que as metas e objectivos do Banco sejam alcançados, que o Banco atinja suas metas de rentabilidade de longo prazo e que mantenha relatórios financeiros e gerenciais confiáveis.

Tal sistema também garante que o Banco cumpra as leis e regulamentos, bem como as Políticas Internas, Planos, Regras e Procedimentos, e diminua o risco de perdas ou danos inesperados à reputação do Banco. A existência de sistemas de controlo interno eficazes permite ao Banco prevenir ou detectar problemas que possam conduzir a perdas numa fase precoce, limitando assim eventuais perdas para o Banco.

Objectivos do Controlo Interno

Os Objectivos do Processo de Controlo Interno são categorizados da seguinte forma:

- ♦ Assegurar que os activos e outros recursos do Banco são utilizados da forma mais eficiente e eficaz, sem incorrer em custos imprevistos ou excessivos, protegendo assim o Banco de possíveis perdas (Metas de Desempenho).
- ♦ Elaboração atempada de relatórios fiáveis, relevantes e completos, abrangendo a informação financeira e de gestão necessária à tomada de decisões no Banco. Assegurar que as informações recebidas pela Direcção, Conselho de Administração, accionistas e supervisores tenham qualidade e integridade suficientes para que os destinatários possam depositar confiança nas informações para a tomada de decisões. (Objectivos de Informação).
- ♦ Assegurar que todas as actividades bancárias cumprem as leis e regulamentos aplicáveis, os requisitos de supervisão e as Políticas e Procedimentos do Banco (incluindo a Gestão de Risco). Este objectivo deve ser atingido a fim de proteger a franquia e a reputação do Banco. (Objectivos de Conduta e Compliance).

Processo de Controlo Interno

- O controlo interno é um processo contínuo afetado pelo Conselho de Administração e todos os colaboradores do Banco são responsáveis, a diferentes níveis, pelo funcionamento eficaz do sistema de controlo interno. Embora o controlo interno seja afetado a vários níveis em todo o Banco, duas componentes independentes importantes do ponto de vista da gestão do risco são: (1) Sistema de Gestão de Risco e (2) Sistema de Auditoria.

Funções do Sistema de Gestão de Risco como parte do Controlo Interno

Sistema de Gestão de Risco do Banco: Visa assegurar que os objectivos fundamentais do Banco são alcançados. Engloba várias componentes, tais como:

- ♦ Estrutura de Governança de Risco, incluindo as funções desempenhadas pelo Conselho de Administração, BCC, BRMC, Comitês de Risco, DGR e Divisão/Unidade de Gestão de Riscos.
- ♦ Políticas de Risco aprovadas pelo Conselho de Administração, que especificam o Apetite ao Risco do Banco e as directrizes para identificar, medir, monitorizar, controlar e reportar os riscos enfrentados pelo Banco.
- ♦ Estruturas, Políticas e Procedimentos aprovados pelos Comitês de Risco para operacionalização das Políticas de Risco.

O sistema de Gestão de Riscos do Banco (com os seus componentes acima mencionados fazendo parte do ambiente de controlo do Banco), executa o processo de controlo interno como uma actividade diária em todo o Banco, implementando as directrizes da Política de Risco aprovadas pelo Conselho de Administração para a identificação, medição, monitorização, controlo e comunicação de riscos.

As actividades de controlo são obrigatórias nas Políticas de Risco e mais detalhadas nos Enquadramentos, Políticas e Procedimentos para a efectiva implementação do processo de controlo interno no Banco. As orientações em matéria de monitorização e comunicação de informações previstas nas respectivas políticas de risco respondem à exigência de que os riscos sejam comunicados às autoridades competentes para que sejam tomadas medidas de controlo. Todos os funcionários do Banco regidos pelas Políticas de Risco devem seguir rigorosamente as directrizes das Políticas de Risco e comunicar quaisquer desvios à autoridade competente.

Sistema de Auditoria

O papel do Sistema de Auditoria é fornecer garantias independentes ao Conselho de Administração de que a função de gestão de riscos é efetivamente desempenhada para cumprir os objectivos estabelecidos; não se destina a substituir de forma alguma a função de gestão dos riscos. O Sistema de Auditoria do Banco inclui o Comité de Auditoria do Conselho de Administração e o Departamento de Auditoria Interna, que reporta perante o Comité de Auditoria. A Auditoria Interna desempenha um papel crucial no Controlo Interno para a Gestão do Risco. Sempre que necessário, o Banco recorre aos serviços de auditores externos para realizar uma avaliação independente do Sistema de Gestão de Risco. Esta avaliação independente é realizada de cinco em cinco anos.

6. ESTRUTURA DE CAPITAL

6.1 Informação Qualitativa

O cálculo do Capital Regulamentar do Banco é orientado através das suas demonstrações financeiras e segue o estabelecido de acordo com o Aviso n.º 08/GBM/2017 de 3 de Abril de 2017 do Banco Central de Moçambique. O aviso define a composição dos elementos Positivos e Negativos dos Fundos Próprios de Base TIER 1 e TIER 2, sendo estes os seguintes:

6.1.1 Fundos próprios de base (TIER 1):

a) Elementos positivos:

- Capital realizado.
- Prémios de emissão de acções e outros títulos
- Reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos
- Resultados positivos transitados de exercícios anteriores
- Resultados positivos do último exercício, nas condições referidas no n.º1 do artigo 10.
- Resultados positivos provisórios do exercício em curso
- Reservas de conversão cambial e reservas de cobertura de investimentos líquidos em unidades operacionais no estrangeiro
- Parcelas das Reservas e de resultados correspondentes a activos por impostos diferidos
- Interesses minoritários;

b) Elementos negativos:

- Acções próprias
- Activos intangíveis
- Resultados negativos transitados de exercícios anteriores
- Resultados negativos do último exercício
- Resultados negativos provisórios do exercício em curso, em final do mês
- Reservas de reavaliação negativas, nas condições enumeradas no Artº 5
- Diferenças positivas de reavaliação na primeira aplicação - método de equivalência patrimonial (1)
- Insuficiência de provisões
- Desvios actuariais negativos (método do corredor) e custos com serviços passados - não reconhecidos em resultados ou reservas

6.1.2 Fundos próprios Complementar (TIER 2)

a) Elementos positivos:

- Montantes provenientes da emissão de títulos com prazo de vencimento indeterminado e dos provenientes de empréstimos não titulados, nos termos do artigo 11
- Outros elementos patrimoniais elegíveis, nos termos do artigo 12
- Provisões para riscos gerais de crédito até ao limite de 0,0125% dos activos ponderados pelo risco de crédito

- Reservas de reavaliação legais de activos fixos tangíveis
- Outras reservas de reavaliação, pelos montantes que resultam do Artº 5 e das alíneas g) e h) do Artº 17
- Outros elementos
- Empréstimos subordinados, nas condições referidas no artigo 13
- Parte liberada de accções preferenciais remíveis

b) Itens negativos:

- Outros elementos próprios enquadráveis no artigo 3, pelo valor de inscrição no balanço.

6.1.3 Outras deduções ao capital

- Montante total da participação, se exceder 10% do capital social da investida.
- Valor das perdas de capital resultantes da aplicação do Aviso 16/GBM/2013 (art. 20).
- Activos fixos recebidos a título de reembolso de posições em risco de crédito.
- Percentagem que excede os limites de concentração de risco.

6.2 Informação Quantitativa

Para o período em análise, a composição do capital do Access Bank Mozambique é a seguinte:

1) Nos Fundos Próprios de Base Tier 1, transporta o capital realizado e as reservas (total de 2.912 milhões de MZN) nos quais são deduzidos os elementos negativos (nomeadamente activos intangíveis, resultados negativos acumulados e insuficiência de provisões – todos no montante total de 1.733 milhões de MZN). Assim, o total dos Fundos Próprios de Base Tier 1 era de MZN 1.178 milhões em 31 de Dezembro de 2024.

2) Nos Fundos Próprios de Base Tier 2, comporta as reservas para riscos de crédito (ou seja, 0,0125% dos activos ponderados pelo risco de crédito).

3) As outras deduções ao Capital são essencialmente activos fixos recebidos a título de reembolso de posições em risco de crédito. Na parte que excede os limites de concentração de risco o montante total é de 33 milhões de MZN.

Fundos Próprios de Base (Tier I)	31-Dec-24	31-Dec-23	Mov.	Mov.%
Elementos Positivos	2 911 625	2 911 625	-	0%
Capital Social Realizado	2 894 500	2 894 500	-	0%
Reservas estatutárias	17 125	17 125	-	0%
Lucros acumulados	-	-	-	-
Elementos Negativos	(1 733 904)	(751 582)	(982 323)	131%
Resultados negativos transitados de exercícios anteriores	(481 074)	(101 369)	(379 705)	375%
Resultados negativos provisórios do exercício	(743 377)	(378 205)	(365 173)	97%
Insuficiência de provisões	(447 442)	(183 232)	(264 210)	144%
Activos intangíveis	(62 010)	(88 776)	26 765	-30%
Total do Capital de Tier I	1 177 721	2 160 044	(982 323)	-45%

Fundos Próprios Complementares (Tier II)	31-Dec-24	31-Dec-23	Mov.	Mov.%
Elementos Positivos	1 091	1 254	(164)	-13%
Empréstimos dos accionistas	-	-	-	-
Reserva de risco de crédito (0,0125% do Risco de crédito)	1 091	1 254	(164)	-13%
Elementos Negativos	-	-	-	-
Participações superiores a 10% do capital social de entidades participadas	-	-	-	-
Total dos Fundos Próprios de Tier II	1 091	1 254	(164)	-13%

Total dos Fundos Próprios (Tier I e Tier II) antes das deduções	1 178 811	2 161 298	(982 486)	-45%
Deduções (Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio)	33 388	-	33 388	
Total dos Fundos Próprios (Tier I e Tier II)	1 145 423	2 161 298	(1 015 875)	-47%

Tabela 1: Fundos Próprios

De 31 de Dezembro de 2023 a 31 de Dezembro de 2024, a estrutura de Capital Tier 1 do Access Bank Mozambique SA deteriorou-se 45%, passando de uma posição de MZN 2.160 milhões, em 2023, para MZN 1.178 milhões, em 2024. Isto ficou a dever-se, sobretudo, ao desconhecimento reportado de impostos diferidos, provisões sobre Obrigações e Bilhetes do Tesouro, devido à deterioração do rating e Perdas Operacionais do período. Os Fundos Próprios do Banco (Tier 1 e Tier 2) em 31 de Dezembro de 2024 foram de MZN 1.145 milhões, uma redução de 47% em relação aos MZN 2.161 milhões registados em 2023.

7. REQUISITOS DE ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

7.1 Informação qualitativa

7.1.1 Objectivos da gestão de capital

Os objectivos de gestão de capital do Banco baseiam-se em políticas e procedimentos que garantam que o Banco seja capaz de identificar, avaliar e reportar todos os riscos materialmente relevantes, sendo este um processo abrangente que estabelece a relação entre capital e apetência pelo risco.

No âmbito do Quadro de Planeamento e Alocação de Capital do Access Bank Mozambique, os objectivos de gestão de capital são orientados pelo seguinte:

- O Access Bank deve manter o capital regulamentar não inferior ao requisito de capital mínimo em qualquer momento.
- O Access Bank deve envidar esforços contínuos para se manter dentro dos seus limites internos para o requisito de adequação de fundos próprios mínimos, tal como indicado na política de apetência pelo risco.
- Qualquer financiamento ou alocação de capital que tenha impacto no capital regulamentar deve ser sujeito ao Conselho de Administração.

7.1.2 Metodologias dos requisitos de fundos próprios

A definição dos requisitos de adequação de capital do Access Bank baseia-se nas regras prudenciais definidas pelo Banco Central de Moçambique no Processo de Avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), em cumprimento dos requisitos mínimos e orientações definidas no Avison.º 3/GBM/2012 e na Circularn.º 02/SCO/2013 de 31 de Dezembro. Descreve a abordagem do Banco para determinar os seus requisitos de fundos próprios em consonância com o quadro do Pilar II de Basileia, assegurando que o Banco permanece resiliente a potenciais tensões financeiras e capaz de apoiar os seus objectivos estratégicos, salvaguardando simultaneamente os interesses das partes interessadas.

Tipo de Risco	Metodologia	Legislação
Risco de Crédito	Método Padrão Simplificado (SA)	Aviso 11/GBM/2013
Risco Operacional	Método do Indicador Básico (BIA)	Aviso 12/GBM/2013
Risco de Mercado - FX	Método Standard (SSA)	Aviso 13/GBM/2013

7.1.2.1 Risco de Crédito

As alocações de capital sob risco de crédito foram obtidas por meio da Abordagem Padronizada (SA), conforme aviso do Banco Central 11/GBM/2013.

O cálculo da exposição ao risco de crédito das rubricas do balanço é estabelecido com base num modelo de ponderação definido no mesmo aviso para as várias categorias de posições em risco patrimoniais e extrapatrimoniais, nomeadamente empréstimos a clientes, investimentos em instituições de crédito, investimentos em instrumentos financeiros, detenções de outros activos, garantias e compromissos assumidos.

O requisito de fundos próprios para o Risco de Crédito é então definido como 12% dos Activos Ponderados pelo Risco de Crédito.

7.1.2.2 Risco de mercado

O Banco adoptou uma Abordagem Padronizada Simplificada (SSA) para calcular a alocação de capital para o risco de mercado, conforme aviso 13/GBM/2013 do Banco Central. Este método requer o cálculo da Posição Cambial Aberta Líquida (NOP) do Banco, em que as posições líquidas curtas e as posições longas líquidas devem ser convertidas em moeda local à taxa de câmbio à vista de referência e adicionadas para formar o total de posições líquidas curtas e o total de posições longas líquidas, o mais elevado dos quais constitui a posição cambial líquida aberta (NOP) global.

O requisito de fundos próprios para o risco de mercado será definido como sendo de 12,5% do NOP.

7.1.2.3 Risco Operacional

No âmbito da afetação de capital de risco operacional no âmbito do primeiro pilar, a instituição de crédito utilizou o Método dos Indicador Básico (Basic Indicator Approach – BIA).

No método do indicador de base (BIA), a base de cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobrir o risco operacional é de 15% da média aritmética dos últimos três anos do indicador anual positivo relevante. O indicador é definido com base na soma das categorias contabilísticas das demonstrações de resultados (ou seja, a soma da margem financeira com outros rendimentos líquidos, numa base anual, reportados no final do exercício).

Em que: R_i é o indicador anual positivo relevante

$$K_{BIA} = \frac{\sum_{i=1}^N R_i}{N} \times 15\%$$

N é o número de anos em que o indicador relevante é positivo.

7.2 Informação Quantitativa

A definição dos requisitos de adequação de fundos próprios do Access Bank baseia-se nas regras prudenciais estabelecidas.

7.2.1 Requisitos de fundos próprios para o risco de crédito por classes de risco

Para o risco de crédito, o Banco considera o descrito no Aviso n.º 11/GBM/2013 do Banco de Moçambique, que estabelece a definição de risco de crédito e os pressupostos a considerar para o seu cálculo.

Classes de Risco (Valores em Milhares de Meticals)	31-Dec-24	31-Dec-23	Mov.	Mov. %
Caixa e Equivalentes de Caixa	13 888	45 431	(31 542)	
Administrações Centrais e Banco Centrais	3 933 548	4 164 033	(230 484)	-6%
Instituições de Crédito	1 295 489	1 300 704	(5 215)	0%
Empresas	733 040	723 938	9 102	1%
Carteira de Retalho Regulamentar	1 437 345	2 055 220	(617 875)	-30%
Exposições Garantidas por Bens Imóveis	320 127	575 139	(255 012)	-44%
Créditos Vencidos	734 911	617 850	117 061	19%
Outros Activos	-	17 616	(17 616)	-100%
Activos no Balanço	8 454 461	9 454 501	(1 000 040)	-11%
Activos fora do Balanço	271 440	580 031	(308 591)	-53%
Total dos Activos Ponderados pelo Risco para o Risco de Crédito	8 725 901	10 034 532	(1 308 631)	-13%

Tabela 2: Activos Ponderados pelo risco para o risco de crédito

Os activos ponderados pelo risco de crédito situavam-se em MZN 8.700 milhões em 31 de Dezembro de 2024, correspondendo a um decréscimo de 13% quando comparado com a posição reportada em Dezembro de 2023 (MZN 10.034 milhões), impactado principalmente pela diminuição da exposição a retalho e empréstimos hipotecários.

7.2.2 Requisitos de fundos próprios para o risco de mercado

No que diz respeito ao risco de mercado, o Banco efectuou o cálculo de acordo com o disposto no Aviso n.º 13/GBM/2013 do Banco de Moçambique, que estipula que a base de cálculo dos requisitos de capital relativos aos riscos cambiais deve ser a mais elevada das posições líquidas curtas ou longas em divisas ou ouro.

Posição Cambial Global (Valores em Milhares de Meticals)	31-Dec-24		31-Dec-23		
País	Divisa	Longa	Curta	Longa	Curta
Estados Unidos da América	USD	-	34 251	42 240	-
União Europeia	EUR	-	116	-	9 459
África do Sul	ZAR	-	19 383	2 149	-
Reino Unido	GBP	394	-	-	729
Japão	JPY	-	-	-	-
Suécia	SEK	-	-	0	-
Suíça	CHF	-	-	0	-
China	CNY	-	-	-	0
Total das Posições		394	53 749	44 389	10 189
Base de Incidência para o Cálculo de Requisitos de Capitais para a Cobertura do Risco Cambial			53 749		44 389

Tabela 3: Posição Cambial Global

Face ao exposto, os activos ponderados pelo risco para cobertura do risco de mercado aumentaram 21% (MZN 9,4 milhões) de 31 de Dezembro de 2023 a 31 de Dezembro de 2024, com destaque para as posições curtas que o Banco manteve em Randes (ZAR). No geral, a posição aberta em moeda estrangeira do Banco permaneceu dentro dos limites prudenciais máximos de 10% e 20% dos Fundos Próprios totais, tanto por moeda quanto na posição Global, respectivamente.

7.2.3 Requisitos de fundos próprios para o risco operacional

Para o risco operacional, o Banco efectuou o cálculo considerando o descrito no Aviso n.º 12/GBM/2013 do Banco de Moçambique, utilizando o Método do Indicador Básico. Para este método, a base de cálculo corresponde a 15% da média aritmética dos últimos 3 anos do indicador anual relevante positivo.

Indicador Básico (Valores em milhares de MT)	31-Dec-24		31-Dec-23		Mov. %
	Montante	Capital Necessário	Montante	Capital Necessário	
Ano X-1	2 507 842	376 176	2 184 230	327 635	
Ano X-2	2 184 230	327 635	1 367 260	205 089	
Ano X-3	1 367 260	205 089	12 169	1 825	
Exigência de Capital		302 967		178 183	70%

DESCRIPTION	A	B	C
(Valores em milhares de MT)	X-3	X-2	X-1
(+) Juros e Rendimentos Similares	951 688	1 213 813	1 417 510
(-) Juros e Encargos Similares	277 220	461 201	899 058
(+) Rendimentos de Instrumentos de Capital	-	-	-
(+) Comissões Recebidas	442 615	893 100	860 462
(-) Comissões Pagas	122 028	25 588	30 899
(+) Resultados de Operações Financeiras	321 999	471 824	336 145
(+) Outros Resultados Operacionais	50 205	92 282	823 682
TOTAL	1 367 260	2 184 230	2 507 842

Tabela 4: Risco Operacional

Os activos ponderados pelo risco para cobertura do risco operacional situavam-se em 303 milhões de MZN em 31 de Dezembro de 2024, correspondendo a um aumento de 70% (MZN125 milhões) quando comparado com 31 de Dezembro de 2023, o que se deve aos aumentos significativos dos Juros e Proveitos Similares e das Comissões nos últimos 3 anos, desde que o Banco iniciou as suas operações.

7.2.4 Rácio de Adequação de Fundos Próprios (RCA – Rácio de Solvabilidade)

7.2.4.1 Informação qualitativa

O grau de adequação de capital, ou níveis de solvência, detido pelo Access Bank Mozambique é acedido ao abrigo do Aviso n.º 9/GBM/2017 dos Bancos Centrais ("Regulamento de Rádios e Limites Prudenciais para as Instituições de Crédito") e é definido com base na comparação entre o capital regulamentar total (Tier 1 e Tier 2 Capital) e o total dos activos ponderados para cobrir o crédito, riscos de mercado e operacionais. Em conformidade com o regulamento, o Banco fixa o seu limite do rácio de solvabilidade (capital regulamentar sobre RWA) num mínimo de 12%.

7.2.4.2 Informação Quantitativa

Fundos Próprios	31-Dec-24	31-Dec-23	Mov.	Mov.%
Total dos Fundos Próprios	1 145 423	2 161 298	(1 015 875)	-47%
Fundos Próprios de Base	1 177 721	2 160 044	(982 323)	-45%
Fundos Próprios Complementares	1 091	1 254	(164)	-13%
Deduções	(33 388)	0,00	0,00	
Activos Ponderados pelo Risco				
Total dos Riscos	9 082 617	10 257 104	(1 174 487)	-11%
Risco de Crédito:	8 725 901	10 034 532	(1 308 631)	-13%
Risco Operacional:	302 967	178 183	124 784	70%
Risco de Mercado:	53 749	44 389	9 360	21%
Rácio de Solvabilidade				
Fundos Próprios de Base	12,97%	21,06%	-8,09%	
Rácio de Solvabilidade Exigido	12,00%	12,00%	0,00%	
Rácio de Solvabilidade Total	12,61%	21,07%	-8,46%	

Tabela 5: Rácio de Solvabilidade

O rácio de solvabilidade dos Bancos diminuiu 700 bps, passando de 21,07% em Dezembro de 2023 para 12,61% em Dezembro de 2024, influenciado pela diminuição de capital em MZN 1,015 milhões, explicada pelo reportado desreconhecimento de impostos diferidos, provisões para Obrigações e Bilhetes do Tesouro devido à deterioração do rating, Perdas Operacionais do período em análise.

8. RISCO DE CRÉDITO

8.1 Informação qualitativa

8.1.1 Introdução – Processo de Gestão do Risco de Crédito

O Quadro de Gestão de Risco de Crédito do Access Bank é composto por cinco módulos distintos para a criação proactiva e gestão deliberada de exposições ao risco de crédito no Banco. Cada módulo representa um componente crítico da estrutura de gestão de risco de crédito do Banco para criar e manter um ambiente de risco de crédito adequado ao Banco para maximizar o retorno sobre os activos de risco de crédito com perdas mínimas. Estes módulos são:



Módulo	Descrição
1. Planeamento da carteira de riscos	O planeamento da carteira de crédito é o ponto de partida do processo de gestão do risco de crédito do Banco. Implica uma análise e avaliação da actual estrutura de carteiras e uma definição e acordo claros dos seguintes elementos: <ul style="list-style-type: none"> Estrutura da carteira de activos de risco alvo, discriminada por sector, tipo de produto, regiões geográficas, classe de classificação de risco de crédito. O Conselho de Administração aprovou limites de risco que o Banco está disposto a permitir em relação à sua capacidade de assunção de riscos e apetite. Os mercados-alvo e os critérios de aceitação do risco a nível corporativo global e em cada unidade de negócio criadora de risco no Banco. Metas e objectivos da carteira de crédito do Banco. Estes abrangem normalmente as seguintes áreas específicas: Qualidade, Composição, Crescimento e Rentabilidade.
2. Desenvolvimento e criação de exposição	O desenvolvimento e a criação de posições em risco incorporam os procedimentos de análise preliminar dos pedidos de facilidades, análise detalhada do risco de crédito e classificação de risco, revisão e aprovação de facilidades desencadeadas pelo risco e disponibilidade de crédito controlada das instalações aprovadas.

3. Gestão da exposição	Trata-se de todas as actividades envolvidas na gestão das exposições ao risco de crédito existentes, a fim de minimizar a incidência da queda da qualidade do crédito e as perdas para o Banco decorrentes dessa inadimplência. Tal implica, numa base contínua: <ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento do desempenho e da qualidade das posições em risco de crédito individuais. Revisão periódica da qualidade da exposição e classificação do desempenho da exposição. Gestão de garantias de crédito para garantir a adequação e realização. Identificação rápida e atempada do declínio da qualidade da exposição. Gerir a inadimplência em linhas de crédito malparado. Reestruturação dos riscos de crédito, conforme necessário.
4. Gestão de inadimplência / treino de empréstimos	No caso indesejado de declínio da qualidade dos activos, a rápida identificação e gestão dessa inadimplência pode reduzir significativamente a perda de crédito para o Banco. O módulo de gestão da inadimplência/gestão de empréstimos do quadro integrado de gestão de risco descreve a abordagem para identificação e gestão da qualidade de crédito em declínio. Isto também abrange a recuperação de empréstimos, em que todas as actividades são orientadas para a ressuscitação de créditos não produtivos, e a primeira fase do processo de reconhecimento de possíveis perdas de crédito, ou seja, a constituição de provisões para perdas com empréstimos (gerais e específicas).
5. Recuperação de créditos	Esta é a fase final do quadro de gestão do risco de crédito do Access Bank. A fase consiste em todas as actividades após uma facilidade ter sido considerada perdida e envolve a gestão dessas facilidades para garantir que a perda para o Banco seja minimizada. Isto inclui: <ul style="list-style-type: none"> Renúncia a créditos e/ou renúncias a juros sobre posições não produtivas. Redeclaração de valores de crédito anteriormente amortizados na recuperação de dinheiro dos clientes.

8.1.2 Definições relevantes para efeitos contabilísticos

- Risco de crédito** – Nos termos do Aviso n.º 4/GBM/2013, trata-se da possibilidade de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir seus compromissos financeiros com a Instituição, incluindo possíveis restrições às transferências de pagamento para o exterior.
- Crédito vencido** – Nos termos do Aviso n.º 16/GBM/2013 e para efeitos de estabelecimento de disposições regulamentares mínimas e imparidade, todas as prestações de capital vencidas e vencidas (?), incluindo juros de mora, de um crédito com pelo menos 1 (um) dia de incumprimento após o seu vencimento.
- Dívida Inadimplente** – Representa crédito vencido há mais de 90 dias, de acordo com o disposto no Aviso n.º 16/GBM/2013, de 31 de Dezembro.
- Crédito Imparidade** – É qualquer crédito que, dependendo da análise realizada (individual ou colectiva), apresente sinais objectivos de *incumprimento*.

8.1.3 Métodos de Correção de Valor na Carteira de Crédito

a) Determinação de Imparidade

De acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS 9), um activo (ou grupo de activos) é depreciado quando existem provas objectivas da sua perda de valor, após o reconhecimento inicial do activo, o que pode afetar os fluxos de caixa futuros estimados.

O actual modelo de imparidade utilizado pelo Access Bank, de acordo com a IFRS 9, efectua cálculos de imparidade numa base individual, de acordo com as características de cada empréstimo, a respectiva probabilidade de incumprimento, historial de pagamentos e garantias existentes. Nos casos de indícios claros de incumprimento, a imparidade é reconhecida no momento e o Banco cria provisões alinhadas com a exposição em incumprimento, tendo em consideração as garantias disponíveis e qualquer compensação disponível.

b) Determinação de Provisões Regulamentares

As disposições regulamentares mínimas da carteira de crédito são calculadas de acordo com as orientações emitidas no Aviso n.º 16/GBM/2013, de 31 de Dezembro, do Banco de Moçambique, que define as taxas a aplicar tanto para os riscos gerais de crédito como para os empréstimos vencidos.

As provisões são calculadas do seguinte modo:

Provisões para Riscos Gerais de Crédito – Incidem sobre o montante total do crédito, incluindo o representado por aceitações, garantias e garantias prestadas, mas excluindo o crédito vencido.

Provisões para Empréstimos Vencidos – Incidem sobre o montante total de créditos que se enquadram nas classes de risco abaixo indicadas:

- Classe I – Crédito.
- Classe II – Crédito vencido até 90 dias.
- Classe III – Crédito vencido entre 90 e 180 dias.
- Classe IV – Empréstimos duvidosos, vencidos entre 180 e 360 dias;
- Classe V – Crédito muito duvidoso, vencido há mais de 360 dias.

Disposições específicas

- Para os empréstimos em moeda estrangeira: aos mutuários não exportadores, o Banco reserva uma provisão específica de 50% do valor do empréstimo e de 100% no caso de empréstimos vencidos.
- Para as perdas de capital relativas a títulos: são constituídas provisões para o montante total das perdas de capital reactivas aos títulos em questão.
- Para as perdas de capital sobre activos recebidos a título do reembolso do crédito próprio: são constituídas provisões para a diferença total entre o custo dos respectivos activos e o seu valor de mercado.

As taxas, de acordo com o Aviso n.º 16/GBM/2013, de 31 de Dezembro, variam entre o mínimo exigido para os riscos de crédito gerais, até ao máximo de 100% do montante exposto para a classe 5.

8.1.4 Metodologia de Cálculo de Perdas por Imparidade

O Banco reconhece periodicamente (mensalmente) o custo de perdas de crédito esperado relativamente ao activo financeiro mensurado ao custo amortizado e ao justo valor através de outros rendimentos integrados.

A avaliação do risco de crédito é feita numa base individual ou colectiva, tendo em consideração todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo as abordagens prospectivas. Esta avaliação é feita em três estágios:

- Estágio 1: Sem deterioração significativa de risco de crédito face ao reconhecimento inicial.
- Estágio 2: Aumento significativo de risco de crédito; de 30 a 90 dias em atraso.
- Estágio 3: Evidência objectiva de imparidade; mais de 90 dias em atraso.

As estimativas de PD (probabilidade de incumprimento) a 12 meses são necessárias para calcular as perdas de crédito esperadas para contas do estágio 1. As estimativas de PD ao longo da vida são necessárias para calcular as perdas de crédito para as contas do estágio 2.

Para as empresas o PD são calculados baseado nas notações de crédito geradas pelo sistema de notação de crédito e são calculadas através da média da PD, estimada pelo número total de contas para cada notação de risco.

O Banco utiliza os seguintes parâmetros para calcular o efeito macroeconómico sobre a carteira: PIB, Taxa de câmbio, Taxa de juro e Inflação. Obviamente se a variável se demonstrar estatisticamente significativa para influenciar o risco de crédito, definido pelo rácio de incumprimento no sector.

A estimativa de LGD (perda após o incumprimento) é baseada na experiência histórica de recuperação do Banco, este altera-se ao longo do ciclo de crédito, à medida que o valor da exposição e das garantias se altera.

A taxa de juro efectiva da facilidade é utilizada para descontar todas as perdas de crédito esperadas até à data de referência.

Para calcular as ECLs (expectativa de perda de crédito) de acordo com a IFRS 9, foram assumidos pressupostos sobre a forma como as exposições se irão desenvolver ao longo da sua vida. Estas são as EAD (Exposição esperada no incumprimento)

O método seguido para as contas classificadas como Estágio 1, Estágio 2 ou Estágio 3 é apresentado a seguir:

$$ECL \text{ Estágio 1} = \sum_{t=1}^{12} EAD * PD * LGD \quad ECL \text{ Estágio 2} = \sum_{t=1}^n EAD * PD * LGD \quad ECL \text{ Estágio 3} = \sum_{t=1}^n EAD * LGD$$

8.1.5 Movimento de Perdas por Imparidade

Os créditos em incumprimento (non-performing loans – NPL) incluem todas as obrigações não produtivas:

- Qualquer linha de crédito classificada como duvidosa ou com perda; e ainda
- Qualquer linha de crédito classificada como vencida, com o principal, juros ou outro pagamento vencido há mais de 90 dias.

A imparidade tem por base um sistema duplo que combina a orientação de provisões de acordo com o Banco de Moçambique e a política de perda por imparidade de crédito das NIRF, desenvolvida com base no modelo de imparidade do Grupo e em linha com o prescrito pela NIRF-9.

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício de 31 de Dezembro de 2023 a 31 de Dezembro de 2024 é o seguinte:

Movimento de imparidade (mil MZN)	31-Dez-24	31-Dez-23	Mov.	Mov. %
Saldo de Abertura	511,364	361,542	149,823	41%
Montantes abatidos durante o exercício	(320,618)	(329,961)	9,343	-3%
Imparidades criadas	205,296	570,954	(365,658)	-64%
Imparidades libertadas	(52,053)	(40,879)	(11,174)	27%
Carga/liberação sem efeito nos resultados	179,047	(50,291)	229,339	
Total	523,037	511,364	11,673	2%

Tabela 6: Movimento de Imparidade

Durante o ano de 2024, o montante de imparidade do Banco situou-se em 523 milhões de MZN, um aumento de 2% face aos 511 milhões de MZN de 2023.

8.1.6 Gestão do Risco de Concentração de Crédito

De acordo com a Circular n.º 03/SCO/2013 do Banco de Moçambique, entende-se por risco de concentração de crédito uma exposição ou grupo de exposições em risco com potencial para produzir perdas tão elevadas que comprometam a solvabilidade da instituição de crédito ou a capacidade de manter as suas operações principais. O risco de concentração de crédito decorre da existência de factores de risco comuns ou correlacionados entre diferentes contrapartes, de tal modo que a deterioração desses factores tem um efeito adverso simultâneo na qualidade de crédito de cada uma dessas contrapartes.

O controlo do risco de concentração de crédito está organizado em quatro macrotipologias:

- Concentração contraparte:** possibilidade de ocorrência de perdas significativas decorrentes do risco assumido perante uma contraparte ou um conjunto de contrapartes ligadas entre si;
- Concentração classe de risco:** possibilidade de ocorrência de perdas significativas decorrentes de uma exposição ou um conjunto de exposições assumidas perante classes de risco elevado;
- Concentração sectorial:** possibilidade de ocorrência de perdas significativas decorrentes de uma exposição ou um conjunto de exposições assumidas perante um determinado sector de actividade económica.
- Concentração por área geográfica:** possibilidade de ocorrência de perdas significativas decorrentes de exposições ou um conjunto de exposições assumidas perante uma ou um conjunto de contrapartes localizadas em determinada área geográfica.

Visão geral da política de gestão do risco de concentração de crédito

Para assegurar uma gestão eficaz do risco de concentração, o Access Bank considera os seguintes passos:

- Identificação** – identificação dos riscos de concentração (exposição relevante).
- Avaliação** – avaliação da magnitude dos riscos identificados e do seu impacto, com vista à sua atenuação e comunicação.
- Acompanhamento** – acompanhamento da evolução e estado dos riscos avaliados, estabelecendo relatórios internos e externos.
 - O controlo dos riscos identificados através de procedimentos de mitigação.

O risco de concentração é controlado internamente de acordo com limites definidos, nomeadamente os limites de concentração de risco por contraparte e/ou tipo de crédito, e é actualizado de acordo com a evolução das exposições significativas a uma contraparte individual ou a um grupo de contrapartes relacionadas.

Fatores de Risco Considerados para a Análise de Correlações entre Contrapartes

No que diz respeito aos factores de risco subjacentes à análise da contraparte, são igualmente relevantes os seguintes aspetos:

- Família de produto
- Tipo de taxa de juro utilizada
- Garantia associada
- Cliente
- Prazo Total
- Prazo residual
- Família de produto por região

ECA e ECAI usadas

Para o exercício em reporte, o Banco utilizou as avaliações de qualidade de crédito atribuídas pelas agências de crédito de exportação (ECA) definidas no website (www.oecd.org) da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), sendo que as posições em risco de Países e/ou Instituições sem classificação pela ECA foram ponderadas de acordo com as classificações pela agência de notação externa de crédito (ECAI) da Standard & Poors, conforme definido no Aviso n.º 11/GBM/2013 do Banco de Moçambique.

8.2 Informação Quantitativa

8.2.1 Exposição bruta ao risco de crédito

Posição em Risco Original por Classe de Risco	31-Dec-24	31-Dec-23	Mov.	Média
Administrações Centrais e Banco Centrais	16 285 965	12 660 583	3 625 382	14 473 274
Empresas Públicas	-	-	-	-
Instituições de Crédito	1 573 818	1 597 741	(23 924)	1 585 779
Empresas	771 316	811 821	(40 505)	791 568
Carteira de Retalho Regulamentar	2 743 414	2 990 207	(246 793)	2 866 810
Exposições Garantidas por Bens Imóveis	518 722	794 327	(275 604)	656 525
Créditos Vencidos	738 957	478 594	260 364	608 775
Outros Activos	-	19 345	(19 345)	9 672
Total das Posições em Risco Originais	22 632 192	19 352 618	3 279 574	20 992 405
Posição em Risco Original em Activos Extra-Patrimoniais	31-Dec-24	31-Dec-23	Mov.	Média
Créditos Documentários	153 989	470 344	(316 355)	312 166
Garantias s/caracter substituto de Crédito	653 639	1 008 441	(354 802)	831 040
Total das Posições em Risco Extra-patrimoniais	807 628	1 478 785	(671 157)	1 143 206
Total das Posições em Risco	23 439 820	20 831 403	2 608 417	22 135 611

Tabela 7: Posição em Risco Original por Classe de Risco

Em 31 de Dezembro de 2024, o valor bruto das exposições originais era de MZN 23,439 milhões, distribuídos por MZN 22,632 milhões (95%) para itens Patrimoniais e MZN 807 milhões (5%) para Posições Extrapatrimoniais. Em termos homólogos, as exposições brutas ao risco de crédito aumentaram 17%, contribuindo sobretudo para o aumento das posições de risco junto dos Bancos Centrais.

8.2.2 Distribuição geográfica das posições em risco de crédito

O anexo 1 do presente relatório apresenta o mapa das distribuições geográficas das posições em risco de crédito.

De acordo com o mapa acima referido, 86% da carteira do Banco é constituída por activos da zona sul, mais concretamente na Cidade de Maputo e está mais concentrada na Carteira de Retalho Regulatório perfazendo até 47% do Livro, seguindo-se as empresas privadas com 19%.

Para exposições fora do país, limitam-se a instrumentos de mercado em países africanos e europeus. São investimentos de longo prazo, com o objetivo de rentabilizar o excesso de liquidez que o Banco apresenta em moeda estrangeira.

8.2.3 Distribuição das posições em risco por períodos de vencimento contratuais residuais

O Anexo 2 apresenta o mapa das exposições por prazos de vencimento contratuais residuais.

9. Mitigação do Risco de Crédito

9.1. Informação qualitativa

9.1.1 Instrumentos de Mitigação de Riscos

De forma a salvaguardar-se contra eventuais incumprimentos contratuais por parte dos seus clientes, o Access Bank utiliza diferentes instrumentos de mitigação do risco de crédito, cumprindo os requisitos definidos no Aviso n.º 11/GBM/2013 e as normas e procedimentos internos em vigor.

Os principais tipos de garantias e garantias exigidas pelo Banco são:

As operações de crédito são contratadas com um conjunto de garantias consideradas suficientes no momento da sua contratação, com vista a minimizar eventuais perdas que possam surgir em resultado do incumprimento de uma contraparte. Com efeito, o Banco reconhece as seguintes categorias de garantias e garantias:

- Aval pessoal.
- Hipotecas de imóveis habitacionais.
- Hipotecas de imóveis comerciais e outros.
- Hipotecas de viaturas/penhores de equipamentos.
- Penhores de depósitos ou outros activos financeiros.
- Garantias bancárias on first demand;
- Outros.

Tradicionalmente, os empréstimos hipotecários apresentam como garantia o próprio imóvel que está a ser financiado e, para este tipo de crédito, o risco é geralmente coberto desde o início em níveis iguais ou superiores a 120%.

9.1.2 Procedimentos de Gestão e Valorização de Garantias Reais

O Banco tem implementado técnicas de redução de risco de crédito que consistem em critérios de valorização das garantias das operações de crédito, sendo que o valor apurado é afectado no momento de assunção do risco de crédito, devendo os níveis de cobertura definidos aquando da sua decisão, manterem-se ao longo da vida da operação.

A aceitação dos vários tipos de garantias encontra-se ainda associada à avaliação sobre a sua transacionalidade (maior ou menor liquidez), à volatilidade do seu valor e ainda à relação existente entre o risco da operação e o risco intrínseco da respectiva garantia.

As garantias hipotecárias são avaliadas por entidades especializadas na avaliação de imóveis, com as quais o Banco tem estabelecido acordos para prestação desta tipologia de serviços. O Banco aplica sempre um haircut sobre o valor de mercado dos imóveis e móveis/equipamentos, reconhecendo apenas o valor de “venda forçada” conforme apurado pela entidade avaliadora, para mensuração do justo valor.

Os penhores de depósitos ou outro tipo de penhores financeiros apenas são aceites quando se encontram em custódia/depositados no Access Bank Mozambique SA.

Em termos prudenciais, as garantias utilizadas para mitigar o risco de crédito são:

- Caução de depósitos**, quando denominadas na mesma moeda e com prazo de vencimento no mínimo igual ao prazo de vencimento da operação de crédito;
- Hipoteca de habitação do mutuário**, quando a última data de avaliação do imóvel for inferior a 3 anos e a data de vencimento igual ao prazo da operação de crédito;
- Garantias Pessoais**, nos termos previstos no Aviso n.º 11/GBM/2013.

9.1.3 Concentração de Riscos ao nível de mitigantes tomados

As garantias e colaterais tomados pelo Banco têm em conta, não só a qualidade dos mesmos para suprir eventos de incumprimento, bem como a facilidade que o Banco tem em convertê-los em activos líquidos. Sendo assim, é importante que os activos tidos como garantia tenham suficiente cobertura e não estejam onerados. A política do Banco estabelece que o mesmo tenha garantias e colaterais livres de ónus e esteja numa base individual (sem concentrações), de modo a evitar desafios de convertibilidade na eventualidade de execução dos mesmos.

9.2 Informação Quantitativa

Classes de Risco	Ponderação Média	Exposição Bruta de Crédito	Colaterais		Garantias		Derivados de Crédito	Exposição Líquida de Crédito
			Depósitos	Títulos de Dívida	Imóveis	Outras		
Administrações Centrais e Banco Centrais	0%	16 285 965	-	-	-	-	-	3 933 548
Governo de Moçambique e Banco de Moçambique	0%	-	-	-	-	-	-	-
Governos e Bancos Centrais Estrangeiros	0%	-	-	-	-	-	-	-
Organizações Internacionais	0%	-	-	-	-	-	-	-
Bancos Multilaterais de Desenvolvimento	0%	-	-	-	-	-	-	-
Autoridades Municipais	0%	-	-	-	-	-	-	-
Entidades do Sector Público	0%	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	100%	-	-	-	-	-	-	-
Instituições de Crédito	0%	1 573 818	-	-	-	-	-	1 295 489
Empresas	100%	771 316	115 677	-	3 756 536	178 139	-	733 040
Carteira de Retalho Regulamentar	75%	2 743 414	16 945	-	608 345	269 037	-	1 437 345
Exposições Garantidas por Bens Imóveis	76%	518 722	-	-	-	-	-	320 127
Créditos Vencidos	100%	738 957	-	-	-	-	-	734 911
Outros Activos	100%	-	-	-	-	-	-	-
Total das Posições em Risco Originais		22 632 192	132 622	-	4 364 881	447 176	-	8 454 461

Posição em Risco Original em Activos Extra-Patrimoniais								
Créditos Documentários		153 989						
Garantias s/caracter substituto de Crédito		653 639	123 335		2 018 147	12 568		271 440
Total das Posições em Risco Extra-patrimoniais		807 628	123 335	-	2 018 147	12 568	-	271 440

Total das Posições em Risco								
		23 439 820	255 957	-	6 383 028	459 744	-	8 725 901

Tabela 8: Total das Posições em Instrumentos de Mitigação do Risco

Como ilustrado no quadro acima, o imobiliário e as garantias de depósitos são as técnicas mais utilizadas pelo Banco para reduzir a sua exposição ao risco de crédito.

10. Risco de Mercado

10.1 Introdução

De acordo com as disposições regulamentares (Aviso n.º 13/GBM/2013), as Instituições de Crédito devem determinar requisitos de fundos próprios para o risco de mercado.

O Risco de Mercado é o risco de perdas no balanço e nas posições extrapatrimoniais resultantes de flutuações nos preços de mercado. O risco de mercado é composto por riscos de taxa de juro relacionados com instrumentos incluídos na carteira de negociação, riscos cambiais e riscos de commodities incorridos pelas instituições.

10.2 Estratégias e Processos de Gestão

O processo de gestão de riscos compreende um conjunto de políticas, sistemas, procedimentos, métodos e práticas implementados e utilizados pelo Banco com o objectivo de identificar, medir, controlar e monitorar o risco cambial de forma adequada e oportuna.

Políticas de Cobertura e Redução de Riscos

No que diz respeito às políticas de cobertura e de redução de riscos, no que diz respeito à gestão integrada de activos e passivos, os riscos de mercado no balanço são regularmente monitorizados e a sua cobertura é objecto de propostas específicas em função da situação económica e da percepção da evolução do mercado.

10.2.1 Risco de taxa de juro da carteira bancária

O Risco de Taxa de Juros, de acordo com o Aviso n.º 4/GBM/2013, é a possibilidade de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, devido a desfasamentos nos prazos de vencimento ou períodos de reposição das taxas de juro, à ausência de correlação perfeita entre as taxas de operações activas e passivas nos diferentes instrumentos, ou à existência de opções embutidas em instrumentos financeiros de balanço ou itens extrapatrimoniais. O Conselho de Administração estabelece limites para o grau de desalinhamento das taxas de juro, que é monitorizado diariamente. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro incluem saldos de caixa e depósitos noutras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e fundos de outras instituições de crédito.

A gestão do risco de taxa de juro é realizada através da agregação de activos e passivos sensíveis às flutuações das taxas em intervalos residuais de revisão/revisão. O Banco mede o impacto das variações das taxas de juro na margem financeira, incluindo o impacto de movimentos adversos imprevistos.

A gestão da política e estratégia relacionada com a taxa de juro é aprovada e acompanhada pela Administração, no Comité ALCO, que se reúne mensalmente, e é implementada pelo Departamento de Tesouraria, que assegura o cumprimento das políticas definidas internamente.

10.2.2 Risco cambial

De acordo com o Aviso n.º 04/GBM/2013, Risco Cambial é a possibilidade de impactos negativos sobre os resultados ou o capital devido a movimentos adversos nas taxas de câmbio.

A metodologia de avaliação do risco cambial do Banco baseia-se no controlo diário da posição cambial, de forma a assegurar a manutenção dos limites estabelecidos internamente, bem como dos limites prudenciais. O Banco dispõe de um mecanismo de medição de risco que considera todas as fontes de risco cambial, a fim de avaliar o impacto das variações cambiais no produto bancário. Esta avaliação é realizada considerando os indicadores regulatórios (Aviso n.º 15/GBM/2013) considerando a posição cambial líquida por moeda no último dia de cada mês.

A gestão da política e estratégia relacionadas com o Risco Cambial é definida no Comité de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO), implementado pelo Departamento de Tesouraria e controlado pelo Departamento de Gestão de Risco. De acordo com a política do Banco, as posições cambiais são monitorizadas diariamente para garantir que se mantêm dentro dos limites estabelecidos internamente (o Conselho de Administração define um nível máximo de limite de exposição global e por moeda, calculado com base nos fundos dos Acionistas), bem como os limites definidos pelo Banco de Moçambique.

Posição Cambial Global (Valores em Milhares de Meticais)		31-Dec-24		31-Dec-23	
Pais	Divisa	Longa	Curta	Longa	Curta
Estados Unidos da América	USD	-	34 251	42 240	-
União Europeia	EUR	-	116	-	9 459
África do Sul	ZAR	-	19 383	2 149	-
Reino Unido	GBP	394	-	-	729
Japão	JPY	-	-	-	-
Suécia	SEK	-	-	0	-
Suíça	CHF	-	-	0	-
China	CNY	-	-	-	0
Total das Posições		394	53 749	44 389	10 189
Base de Incidência para o Cálculo de Requisitos de Capitais para a Cobertura do Risco Cambial			53 749		44 389

Tabela 9: Posição Cambial Global

Os efeitos individuais por moeda sobre os resultados, bem como sobre o capital próprio, são determinados de forma independente, o que significa que não existe qualquer compromisso económico entre eles.

A directiva acima referida induz o Access Bank a liquidar as suas posições cambiais ou a manter posições abertas mínimas, limitando o impacto das perdas em caso de flutuações das taxas de câmbio.

Em conformidade com a directiva do Banco Central, o Access Bank cumpre as disposições durante o período em análise, sendo a posição cambial monitorizada e reportada diariamente ao Banco de Moçambique.

11. Risco de Liquidez

11.1 Informação qualitativa

O risco de liquidez decorre da possibilidade de o Banco não conseguir obter o financiamento necessário, contrair empréstimos a taxas de juro ou prazos de vencimento favoráveis, vender activos em tempo útil e a um preço razoável, e ser incapaz de vender activos num contexto de tensão do mercado sem incorrer em perdas significativas.

A gestão do risco de liquidez, a seguir descrita, foi desenvolvida para assegurar que o Banco não está indevidamente exposto ao risco de liquidez e está em conformidade com os requisitos regulamentares e as melhores práticas internacionais no que diz respeito à gestão do risco de liquidez. A estrutura de gestão do risco de liquidez baseia-se nas responsabilidades do Conselho de Administração e da direcção de topo, bem como nos processos e procedimentos de gestão do risco de liquidez do Banco.

Supervisão do Conselho de Administração

Compete, em primeiro lugar, ao Conselho de Administração compreender o perfil de risco de liquidez do Banco e os instrumentos utilizados para gerir o risco de liquidez.

Processo de gestão do risco de liquidez

a) Identificação do Risco de Liquidez

O plano de liquidez e financiamento inclui indicadores de alerta precoce de risco de liquidez para ajudar na identificação imediata do risco de liquidez no Banco. Os principais indicadores adotados para identificar o risco de liquidez são:

- rápido crescimento dos activos, financiado por grandes depósitos voláteis.
- concentrações em activos ou passivos.
- deterioração da qualidade da carteira de empréstimos.
- Tendência negativa ou aumento do risco em qualquer unidade de negócio ou linha de produtos.
- declínio no desempenho dos lucros ou nas projecções.
- existência de posições em risco extrapatrimoniais significativas.
- deterioração da avaliação do Banco por terceiros.

b) Medição do risco de liquidez

O Banco mede o seu risco de liquidez com base:

- análises de fluxo de caixa que estimam sua lacuna de financiamento de liquidez ao longo de um horizonte de tempo e índices e limites de liquidez.
- análise das entradas e saídas de caixa calculadas e mapeadas em escala de vencimento, o que dá origem a um relatório sobre a lacuna comportamental nas necessidades de endividamento do Banco.
- gap mensal para os próximos seis ou doze meses e trimestral a partir daí;
- Uma variedade de rácios e limiares para quantificar o risco de liquidez. São fixados limiares para os seguintes indicadores de risco de liquidez
 - Total de empréstimos e depósitos.
 - Total de empréstimos e capitais próprios.
 - Empréstimos contraídos para o total dos activos.
 - Depósitos significativos no total de depósitos.
 - Total do activo líquido dos depósitos.

c) Estratégia de liquidez

O departamento de gestão de risco e a tesouraria, em conjunto com a ALCO, recomendam uma estratégia geral de liquidez, ou seja, o Plano de Liquidez e Financiamento (LFP) do Banco. A estratégia, documentada numa circular anual, esboça:

- A composição do activo e do passivo.
- Diversificação e sensibilidade dos passivos.

11.2 Informação Quantitativa

O quadro seguinte mostra os fluxos de caixa dos instrumentos financeiros de acordo com os seus prazos contratuais remanescentes. O gap comportamental de liquidez refere-se à diferença entre as entradas e saídas de caixa esperadas do Banco, considerando o comportamento real dos clientes e não apenas as obrigações contratuais.

Este conceito é crucial para o Banco, uma vez que ajuda a gerir o risco de liquidez de forma mais eficaz, contabilizando as acções do mundo real dos nossos clientes, tais como levantamentos antecipados ou pagamentos antecipados de empréstimos.

O Banco adoptou o Modelo de Séries Temporais, no qual são utilizadas técnicas de análise para estimar de forma independente o montante estável e de base dos depósitos sem vencimento (conta corrente). Este modelo baseia-se na "abordagem paramétrica", que considera a tendência histórica e a volatilidade para determinar o "run-off rate" depósitos a um determinado nível de confiança. O volume estável em cada período é estimado usando o modelo de regressão de séries temporais lineares logarítmicas.

Outros pressupostos de Comportamento são usados para Activos específicos, tais como:

- Os depósitos à ordem utilizaram um modelo comportamental construído, onde 44% dos depósitos são reembolsados num período de 12 meses
- As Reservas Regulamentares foram alteradas de modo a alinharem-se com os movimentos esperados da carteira de depósitos do Banco
- Os empréstimos NaNo (?) foram distribuídos em linha com os reembolsos esperados numa base diária e com o padrão de pagamento dos créditos em incumprimento

Relatório de GAP Comportamental de Liquidez em 31 de Dezembro de 2024:

ANÁLISE DO DESVIO DE LIQUIDEZ (ML+ME)							
USD/MZN	63,91						
RELATÓRIO DE ANÁLISE DE GAP	31-Dec-24						
Maturidades	TOTAL	A vista - 1 mês	1 - 3 meses	3 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	Acima de 2 anos
REPORTING CCY: MZN							
ACTIVOS							
Caixa e equivalentes de caixa	10 493 592	3 160 323	346 500	-	346 500	6 640 269	-
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	3 822 788	3 421 874	400 914	-	-	-	-
Títulos de investimento	3 514 541	2 648 000	580 654	256 839	-	-	29 047
Crédito a clientes	4 602 353	735 418	672 762	500 250	669 141	404 448	1 620 335
Outros activos	2 655 110	-	-	-	946 161	975 356	733 593
Activos Extra-Patrimoniais	638 602	386 478	160 114	47 943	41 882	2 185	-
Total Do Activo	25 088 383	9 965 614	2 000 830	757 089	1 961 801	8 020 073	2 382 975
Passivos Exigíveis	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos de clientes	22 390 756	7 519 325	3 677 208	1 334 734	2 096 834	387 405	7 375 251
Empréstimos locais	270 556	-	-	-	224 890	45 666	-
Outros passivos	739 897	329 039	-	-	55 969	-	354 889
Total Do Passivo	23 401 209	7 848 363	3 677 208	1 334 734	2 377 693	433 071	7 730 140
Fundos Próprios	1 687 174	-	-	-	-	-	1 687 174
Total Do Passivo E Do Capital Próprio	25 088 383	7 848 363	3 677 208	1 334 734	2 377 693	433 071	9 417 314
Diferença Líquida	-	2 117 251	(1 676 378)	(577 645)	(415 891)	7 587 002	(7 034 339)
Desvio Acumulado		2 117 251	440 873	(136 772)	(552 663)	7 034 339	-
Desvio Acumulado %		8,4%	1,8%	-0,5%	-2,2%	28,0%	0,0%
Limite		(+)/(-) 15%	(+)/(-) 15%	(+)/(-) 15%	(+)/(-) 15%	(+)/(-) 15%	(+)/(-) 15%
Limite		(+)/(-) 20%	(+)/(-) 20%	(+)/(-) 20%	(+)/(-) 20%	(+)/(-) 20%	(+)/(-) 20%
Excesso							

Quadro 10: Défice de liquidez

12. Risco Operacional

12.1 Introdução

O Banco define risco operacional como o risco para os lucros e capital resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou defeituosos, ou de eventos externos. A definição inclui o risco jurídico, mas exclui os riscos estratégicos e de reputação. O Banco alocou recursos significativos para desenvolver uma cultura de "consciência do risco" e para garantir que todos os riscos operacionais significativos sejam identificados, medidos, avaliados, priorizados, gerenciados, monitorados e abordados de forma consistente e eficiente. Desenvolveu também uma política de risco operacional e vários manuais operacionais com controlos de melhores práticas para gerenciar e mitigar a exposição ao risco, que também garantem a implementação.

O Comité de Gestão de Riscos do Conselho de Administração coordena, facilita e supervisiona a eficácia e a integridade da gestão do risco operacional do Banco e monitoriza a adequação dos controlos, o cumprimento das políticas de risco operacional e o perfil geral de risco com base na apetência pelo risco definida. O controlo interno e a auditoria interna monitorizam a eficácia dos processos, testam controlos, validam informações de risco e identificam acções correctivas. A gestão do risco operacional baseia-se no processo de Autoavaliação do Controlo de Risco (RCSA), cuja implementação demonstra o grau de seriedade que o Banco atribui à gestão do risco operacional.

O processo RCSA consiste nas seguintes etapas:

- documentação das actividades de cada negócio/função no Banco.
- identificação e avaliação dos principais riscos operacionais.
- identificação dos controlos-chave.
- avaliação e classificação dos controlos-chave em relação a riscos significativos.
- estabelecimento de indicadores-chave de risco.
- comunicação dos resultados da RCSA.

O Banco utiliza o Process Maker como uma aplicação de gestão de risco operacional para realizar as suas autoavaliações de risco e controlo. Este software compreende:

- um questionário de controlo a preencher pelos utilizadores finais para avaliar o risco de perdas associadas a aspectos específicos das suas operações.
- Um sistema de gestão do dia-a-dia para garantir que as tarefas associadas à minimização de riscos são registadas e monitorizadas.
- um sistema de alerta por e-mail para garantir que o utilizador atribuído a uma tarefa de minimização de riscos receba aviso prévio para concluir a tarefa.
- A aplicação permite ainda a recolha, análise e reporte de dados de eventos de perdas operacionais por unidades de negócio e categorias alinhadas com os requisitos de Basileia II, que são, portanto, capazes de monitorizar as principais exposições ao risco operacional e as causas subjacentes em relação aos limites estabelecidos pelo Banco.

12.2 Identificação do Risco Operacional

A função de gestão do risco operacional, em conjunto com as unidades de negócio e os proprietários de processos, identifica e avalia o risco operacional inerente a todos os produtos, actividades, processos e sistemas materiais do Banco. O processo de identificação deve especificar a natureza e os tipos de risco operacional, bem como as suas causas e provável impacto no Banco. O processo de identificação emprega uma combinação das seguintes técnicas:

- autoavaliação de riscos e controlos.
- análise de processos.
- indicadores-chave de risco.

Fontes adicionais para identificar riscos operacionais incluem experiências reais de perdas internas, dados externos (quando relevantes e disponíveis), análise de cenários e resultados de auditorias internas e externas.

Os principais riscos operacionais derivam de uma avaliação crítica dos riscos significativos identificados através da RCSA, bem como de outros factores de base relevantes que incluem eventos externos, dados de perdas operacionais e análise de cenários.

O Banco classifica o risco operacional em sete categorias de eventos de perda, com base em sua causa raiz: fraude interna, fraude externa, práticas de emprego e segurança do trabalho, disputas com clientes, danos associados a activos físicos, interrupções de negócios e falhas do sistema e execução, entrega e gerenciamento de processos.

12.3 Medição de Risco Operacional

Os responsáveis pelo risco operacional em cada unidade de negócio asseguram que todos os eventos de risco operacional são registados e comunicados aos níveis de gestão adequados. Os eventos de perda interna são categorizados em incidente de perda real que resultou em uma perda financeira; perda potencial (um incidente que foi descoberto e pode ou não resultar em uma perda financeira); eventos ausentes. Um evento de quase-acidente é um incidente que foi descoberto por meios diferentes das práticas operacionais normais e que, após uma gestão adequada, não resultou em perda ou ganho.

12.4 Monitorização e controlo do Risco Operacional

O Banco monitoriza o risco operacional através de autoavaliações de risco e controlo (RCSA), rastreio de dados internos de perdas e monitorização de indicadores chave de risco (KRI), que envolve, trimestralmente, cada unidade de negócio identificando e avaliando proactivamente exposições significativas a riscos operacionais e os controlos em vigor para gerir esses riscos.

Os planos de acção correctiva são formulados para abordar quaisquer áreas de fragilidade em que os principais controlos de risco estejam ausentes e sejam inadequados ou ineficazes. O plano de medidas correctivas inclui um calendário para a implementação e a identificação dos gestores responsáveis pela sua implementação atempada. A gestão de riscos operacionais usa a ferramenta Process Maker para garantir que todas as acções correctivas sejam eficazes, concluídas rapidamente e reportadas regularmente ao Conselho de Administração.

12.5 Avaliação de Capital

O Banco adotou a "Abordagem dos Indicadores Básicos" ao abrigo do Acordo de Basileia II para medir o montante de capital que deve ser reservado para absorver as perdas esperadas e proteger a instituição contra perdas que possam ocorrer no decurso normal da actividade.

13. Participações Societárias – Divulgações Relacionadas com a Carteira Bancária

13.1 Informação qualitativa

A rubrica Participações Patrimoniais é representada pelo valor das acções detidas pelo Access Bank Mozambique SA na Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO), uma sociedade financeira detida maioritariamente pelo Banco de Moçambique com participação social dos Bancos Comerciais, e na Empresa Diamond Seguros, uma sociedade financeira do ramo dos seguros constituída por capitais nacionais e estrangeiros.

Todas estas participações foram adquiridas pelo Banco por objectivos estratégicos, sendo que a participação na sociedade SIMO provém do projecto da Banca nacional em criar uma rede de pagamentos interna, e a participação na sociedade Diamond Seguros provém da vontade do Banco de estender a sua oferta financeira cobrindo, também, a componente seguros.

O Access Bank Mozambique SA, em termos prudenciais, não consolida a informação financeira que lhes diz respeito.

13.2 Informação Quantitativa

Os títulos de carteira de investimento incluídos na demonstração da situação financeira incluem:

- ♦ títulos de dívida mensurados ao custo amortizado;
- ♦ instrumentos de capital próprio não cotados designados ao justo valor através de outro rendimento integral (JVAORI).

Os títulos de dívida mensurados ao custo amortizado incluem activos detidos para obter fluxos de caixa contratuais que representam unicamente pagamentos de capital e juros. Os proveitos de juros desses activos financeiros são incluídos nos juros e rendimentos similares usando o método da taxa de juro efectiva. Os ganhos ou perdas que se verifiquem no desreconhecimento são reconhecidos directamente em resultados e apresentados em ganhos/(perdas) líquidos de títulos da carteira de investimento, juntamente com ganhos e perdas cambiais. As perdas por imparidade são apresentadas como uma rubrica separada na demonstração do rendimento integral.

O Banco optou por apresentar no ORI alterações do justo valor de certos investimentos em instrumentos de capital próprio que não são detidos para negociação. Esta opção é feita instrumento a instrumento no reconhecimento inicial e é irrevogável. Os ganhos e perdas destes instrumentos de capital próprio nunca são reclassificados em resultados e não é reconhecida nenhuma imparidade em resultados. Os dividendos são reconhecidos em resultados, salvo se representarem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento, caso em que são reconhecidos no ORI. Os ganhos e perdas acumulados reconhecidos no ORI são transferidos para resultados transitados aquando da alienação do investimento.

Abaixo está uma ilustração das participações accionárias atuais do Banco em 31 de Dezembro de 2024.

Entidade	31-Dec-24		31-Dec-23	
	% Participação	Valor	% Participação	Valor
Diamond Seguros	2,45%	31 005	2,45%	31 005
Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO)	10,31%	6 290	10,31%	6 290
Total		37 295		37 295

Tabela 11: Participações patrimoniais

14. Risco de Taxa de Juro na Carteira Bancária

14.1 Informação qualitativa

Como já foi referido na secção relativa ao risco de mercado, a taxa de juro, sendo uma variável de mercado, é um elemento sobre o qual o Banco não tem qualquer controlo e cujas variações adversas podem resultar em perdas, quer directamente, nos resultados do exercício, quer indirectamente, no valor dos activos detidos para venda.

Uma vez que as operações de compra e venda de instrumentos financeiros ainda não são frequentes no contexto nacional, o risco de taxa de juro para o Banco limita-se ao diferencial das taxas de activos e passivos e ao impacto que as variações de mercado podem ter nos resultados do Banco.

O risco de taxa de juro do Banco é principalmente monitorizado pela supervisão do diferencial de margem de juros, calculado numa base diária e mensal.

Paralelamente a esta actividade, o Banco também elabora mapas nos quais é possível analisar a distribuição temporal dos activos e passivos, possibilitando verificar as diferenças e avaliar o impacto na margem de juros em relação às variações das taxas.

14.2 Informação Quantitativa

Para considerar o risco de taxa de juro existente na carteira bancária, a Autoridade de Supervisão recomenda a utilização do modelo anexo à Circular n.º 02/ESP/2014.

A exposição ao risco de taxa de juro da carteira bancária, para fins regulamentares, é calculada com base no modelo circular acima referido, classificando todos os activos, passivos e elementos extrapatrimoniais sensíveis às taxas de juro e que não pertencem à carteira de negociação, por horizontes temporais. O modelo utilizado baseia-se numa aproximação ao modelo de duração e consiste num cenário de teste de esforço correspondente a um desvio paralelo da curva de rendimentos de +/- 2%, em todas as bandas de taxas de juro.

O quadro seguinte apresenta a análise de sensibilidade do risco de taxa de juro a uma deslocação paralela da taxa de juro de +/-2%, considerando todos os instrumentos da carteira bancária sensíveis à taxa de juro para posições em risco em Meticais e Dólares dos EUA:

Posições em risco Meticais

Meticais	Variação da taxa de juro	31-Dec-24		31-Dec-23	
		Valor	% dos Fundos Próprios	Valor	% dos Fundos Próprios
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro	+2.0%				
	-2.0%	(68 027)			
	+2.0%				10,12%
	-2.0%		-4,08%		

Meticais	Variação da taxa de juro	31-Dec-24		31-Dec-23	
		Valor	% da Margem de Juros	Valor	% da Margem de Juros
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro até um ano	+2.0%			(2 242)	
	-2.0%	(4 555)			
	+2.0%				-0,22%
	-2.0%		-0,47%		

Dólares Norte-Americanos	Variação da taxa de juro	31-Dec-24		31-Dec-23	
		Valor	% dos Fundos Próprios	Valor	% dos Fundos Próprios
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro	+2.0%				
	-2.0%	17 059		(21 347)	
	+2.0%				
	-2.0%		1,02%		-1,05%

Dólares Norte-Americanos	Variação da taxa de juro	31-Dec-24		31-Dec-23	
		Valor	% da Margem de Juros	Valor	% da Margem de Juros
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro até um ano	+2.0%				
	-2.0%	21 665		(3 207)	
	+2.0%				
	-2.0%		2,24%		-0,3%

Tabela 12: Risco de Taxa de Juro na Carteira Bancária

15. Anexos

Anexo 1. Distribuição geográfica das posições em risco de crédito

Posição em Risco Original por Classe de Risco	Moçambique				Resto do Mundo		Total
	Sul	Centro	Norte	Total	África	Total	
Administrações Centrais e Banco Centrais	-	-	-	-	-	-	-
Governo de Moçambique e Banco de Moçambique	-	-	-	-	-	-	-
Governos e Bancos Centrais Estrangeiros	-	-	-	-	-	-	-
Organizações Internacionais	-	-	-	-	-	-	-
Bancos Multilaterais de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Autoridades Municipais	-	-	-	-	-	-	-
Entidades do Sector Público	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Instituições de Crédito	201 063	-	-	201 063	-	-	201 063
Empresas	1 011 704	5 519	286 564	1 303 787	-	-	1 303 787
Carteira de Retalho Regulamentar	1 378 780	270 208	141 925	1 790 913	-	-	1 790 913
Exposições Garantidas por Bens Imóveis	419 626	58 764	28 498	506 889	-	-	506 889
Créditos Vencidos	581 996	68 328	67 936	718 260	-	-	718 260
Outros Activos	-	-	-	-	-	-	-
Total das Posições em Risco Originais	3 593 170	402 820	524 923	4 520 912	-	-	4 520 912

Tabela 13: Distribuição Geográfica das Exposições de Crédito

Anexo 2. Distribuição das posições em risco de crédito por prazos contratuais residuais

Posição em Risco de Crédito por Maturidades Contratuais	A vista - 1 mês	1 - 3 meses	3 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 3 anos	3 - 5 anos	5 - 10 anos	10 - 20 anos	> 20 anos	Total
Administrações Centrais e Banco Centrais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governo de Moçambique e Banco de Moçambique	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governos e Bancos Centrais Estrangeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Organizações Internacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos Multilaterais de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autoridades Municipais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entidades do Sector Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições de Crédito	-	-	-	-	-	201 063	-	-	-	201 063
Empresas	7	14 269	583 686	276 412	346 248	80 270	2 895	-	-	1 303 787
Carteira de Retalho Regulamentar	396 502	19 415	1 546	5 068	68 413	308 665	941 286	49 028	991	1 790 913
Exposições Garantidas por Bens Imóveis	-	-	-	-	144 606	18 111	177 597	78 495	88 081	506 889
Créditos Vencidos	330 499	78	11 151	1 987	41 336	99 019	174 026	55 002	5 162	718 260
Outros Activos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total das Posições em Risco Originais	727 008	33 762	596 384	283 466	600 603	707 127	1 295 803	182 525	94 233	4 520 912

Tabela 14: Distribuição das Exposições de Crédito por Prazos de Maturidades Contratuais Residuais

Apêndice 3. Distribuição das posições em risco de crédito por sector de actividade

Sector de Actividade	Posição em Risco Original por Classe de Risco						Grand Total
	Carteira Imoveis	Carteira Retalho	Carteira Vencida	Empresas Privadas	Instituicoes de Credito	Outros Activos	
1.7. Agricultura - Outros	-	1 795	-	652 221	-	-	654 016
10.1. Comercio - Importacao e Exportacao	16 402	2 888	682	126 911	-	-	146 882
10.2. Comercio - A Grosso e a Retalho	252 969	20 365	110 537	41 783	-	-	425 653
11.2. Transporte - Rodoviario	18 989	6 130	2 313	-	-	-	27 433
11.6. Comunicacoes - Tecnologias de Informacao	-	2 267	-	-	-	-	2 267
12.0. Instituicoes Financeiras N/ Monetarias	3 141	-	-	1 560	201 063	-	205 764
13.1. Particular	206 746	1 745 343	602 481	7 272	-	-	2 561 842
13.2. Imobiliaria	-	496	-	-	-	-	496
13.3. Servicos - Outros	-	668	222	3 487	-	-	4 377
5.2. Industria Extractiva - Outros	-	-	-	-	-	-	-
6.1. Industria Transformadora - Alimentos, Bebidas, Tabaco	-	7 700	-	-	-	-	7 700
6.1. Industria Transformadora - Outras	-	-	-	73 191	-	-	73 191
7.0. Electricidade, Gas e Agua	5 947	1 604	-	392 188	-	-	399 739
8.0. Construcão e Obras Publicas	2 695	1 658	24	5 175	-	-	9 552
9.0. Hotelaria e Turismo	-	-	2 001	-	-	-	2 001
Grand Total	506 889	1 790 913	718 260	1 303 787	201 063	-	4 520 912

Tabela 15: Distribuição das Exposições de Crédito por Sector de Actividade

A nossa visão

A nossa visão é clara e emocionante, é desafiadora e alcançável. A nossa visão é simples.

Ser o Banco Africano mais respeitado do mundo



A nossa missão

Estabelecer padrões para práticas empresariais sustentáveis que impulsionem o talento dos nossos colaboradores e criem valor superior para os nossos stakeholders

Os nossos valores

Excelência
Inovação
Liderança
Paixão pelos Clientes
Profissionalismo
Colaboradores Autónomos

O nosso propósito

Criar um impacto positivo em África